



**IFCH - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**  
Curso de Bacharelado em Ciências Sociais  
Trabalho de Conclusão de Curso Em Ciências Sociais

**DA LUTA ARMADA À TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA:  
GUINÉ-BISSAU E CABO VERDE EM PERSPECTIVA COMPARADA (1956-1990)**

**VANITO IANIUM VIEIRA CÁ**

**Orientador: Prof. Dr. Eduardo Munhoz Svartman**  
**Coorientador: Prof. Dr. José Carlos Gomes dos Anjos**

**Porto Alegre**

**2015**

**VANITO IANUM VIEIRA CÁ**

**DA LUTA ARMADA À TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA:  
GUINÉ-BISSAU E CABO VERDE EM PERSPECTIVA COMPARADA (1956-1990)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para a obtenção título de bacharel em Ciências Sociais (Antropologia, Sociologia e Ciência Política), sob orientação do Prof. Dr. Eduardo Munhoz Svartman e José Carlos Gomes dos Anjos.

**VANITO IANIAM VIEIRA CÁ**

**DA LUTA ARMADA À TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA:  
GUINÉ-BISSAU E CABO VERDE EM PERSPECTIVA COMPARADA (1956-1990)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Departamento de Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
- IFCH da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para  
a obtenção título de bacharel em Ciências Sociais.

Aprovado em: \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Eduardo Munhoz Svartman  
(Orientador)

---

Prof. Dr. Luís Dario Teixeira Ribeiro  
(Examinador)

---

Prof. Dr. Eduardo Ernesto Filippi  
(Examinador)

Conceito Final: \_\_\_\_\_

## Dedicatória

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, que possibilitou essa graduação, que nos momentos difíceis minha fé juntamente com seu agir me deram força e coragem para vencer todos os obstáculos que surgiram nestes 3 anos.

Dedico aos meus pais, que apesar de não poder mais vê-los, posso profundamente senti-los. Sim, sinto-os em tudo que eu faço e agradeço-os pelos ensinamentos, pela pessoa que sou hoje.

Ao meu irmão Marcos Vieira Cá (*in memorian*), que me apontou o caminho de ler e escrever devo-lhe tudo que eu aprendi hoje, e rogo a Deus que lhe conceda um espaço digno no seu reino.

Ao Padre Lauro da Igreja Nossa Senhora de Pompeia, diretor do CIBAI Migrações, que de uma forma especial e carinhosa me deu forças, apoiando-me nos momentos de dificuldades e de incertezas.

A todos meus familiares parentes e amigos, na esperança de tê-los sempre por perto e unidos, pois, é através da união e a presença de Deus que chegamos até aqui. Obrigado por fazerem parte da minha vida.

## **Agradecimento**

Agradeço a Deus pai todo poderoso. A todos e todas que fizeram parte desta etapa, que me deram força nas horas difíceis e que me auxiliaram de uma maneira ou de outra, Abulai Camara, Aline Bettio, Cecilia Da Silva Biote, Cesar Barbosa, Gibril Mané, David Silva, Duarte Marques Vieira, Eta Sereno Da Costa, Fernando Cá, Florença de Pina Araujo, Francisco Conduto de Pina, Isabella Espinosa Stampa, Jaime Djú, Jemi Barbosa Bijago, Laura Fernanda Zacher, Liontina Marcelo dos Santos, Mamadu Turé, Mario Gomes Mendes, Maria Elizabeth Hernandez Fernández, Marta Cá, Nino Júlio Nhanca, Ricardo Ossagô de Carvalho e Vanessa Felix.

Obrigado a meus caros orientadores, Prof. Dr. Eduardo Munhoz Svartman e Prof. Dr. José Carlos Gomes dos Anjos pelos ensinamentos, conselhos, puxões de orelha, pela disponibilidade e por terem aceitado junto comigo, seguir esta pesquisa.

Por falar em amigos de sempre, em especial os que conviveram comigo em Guiné-Bissau e Brasil e de diferentes nacionalidades, todos e todas sintam-se agradecidos e representados nos nomes a seguir, Abi Sambú, Adalciza Sa Biote, André Troyahn Manica, Ângelo Antônio Ferreira, Arrais Fidelis da Silva Gomes, Aua Mané, Carine da Silva Biote, Danilson Oriane Fernades, Diocliciana Gomes, Eduardo Yohaness, Egas Gomes Barbosa Katar, Emmanuel Ezé, Evânia dos Prazeres da Silva Jacinto, Gaudêncio Fonseca Mandim, Germen Benjamim Correia, Hiaosmin Vanderlei Tavares, IabnaInfaga, Ini Maria João Cá, Ivanilde Ribeiro da Cunha, Jefferson Silva Monteiro, Joselino Guimarães, José Luis Abalos Junior, Mampendy Yanick Correia Pereira, Mariana Gonçalves da Silva, Mohamed Zacaria Said Aly Saiegh, Naloan Coutinho Sampa, Nilton César Fernandes Cardoso, Pedro Gomes, Ricardo Marcelo Mendes, Maria Filomena Moreira Semedo, Nataniel Bunha José Sanhá, Nelson Djú, Secuna Baio Cassamá, Segone Cossa, Sónia Fonseca da Costa, Tito Francisco Ianda, Ufé Vieira, Viriato João Lopes Nhanca. Enfim, a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para eu ser quem sou hoje, registro aqui o meu reconhecimento e a minha gratidão eterna.

Minha querida Ana Júlia Bettio Azevedo da Costa Neto por me amar incondicionalmente e ajudar a sair dos picos de estresse que são parte da construção de um TCC.

À Andréa Santos Benites, Vice Pró-Reitora de Graduação UFRGS, meus profundos agradecimentos.

Aos meus colegas de estágio do Setor de Sociologia na Defensoria Pública da União (DPU-RS/BRASIL), por tantos momentos inesquecíveis.

Às servidoras, Rita de Cássia Soares de Souza Bueno e Michelle Raupp Selister, Secretárias da COMGRAD/IFCH, pela presteza e cordialidade no atendimento aos alunos e por sempre esclarecer minhas dúvidas.

“Não lutam apenas para ter uma bandeira ou um hino, nem tão-pouco por coisas que estão na cabeça dos homens. “O povo combate e aceita os sacrifícios exigidos pela luta, para obter educação, benefícios materiais, para viver melhor e em paz, e pelo progresso da sua existência e futuro dos seus filhos”

Amílcar Cabral

## **Resumo**

Guiné-Bissau e Cabo Verde são países próximos geograficamente, com histórias de lutas políticas comuns, entrelaçadas pelo colonialismo português. Este estudo objetiva compreender os fatores causais da estabilidade democrática em Cabo Verde e da instabilidade como regra na Guiné-Bissau (1956-1990). Nossa abordagem situa-se na área da Ciência Política e trata sobre os processos de formação de Estado-nação, que fornecem instrumentos analíticos sobre os casos de estabilidade política. A estratégia de escolha do método comparativo a partir de análise documental visou ilustrar as diferenças identificadas desde o regime colonial até as transições democráticas nos dois países. Portugal se comportou de diferentes maneiras em relação aos níveis de autonomia das colônias e no apoio à formação de elites nativas, visando à maximização da exploração de mão de obra em matérias primas. Na pesquisa foram reconstruídas as trajetórias dos dois países explicitando as diferenças, na política exercida por Portugal, de formação de elites nativas aptas a administrar suas colônias; diferenças culturais relacionadas à ocorrência de clivagens étnicas durante a formação do Estado-nação; os processos de independência e as transições democráticas para compreender a estabilidade política em Cabo Verde e a instabilidade na Guiné Bissau.

Palavra Chave: Guiné-Bissau e Cabo Verde, Colonialismo Português, Projeto bi-nacional, e Democrática.

## **Abstract**

Guinea-Bissau and Cape Verde are close countries, geographically, with stories of common political fights linked through the Portuguese colonialism. This paper aims to understand the causal factors of the democratic stability in Cape Verde and the instability as a rule in Guinea-Bissau (1956-1990). The approach used belongs to the Political Science field and it discusses the processes of constitution of the nation state, that contributed with analytical tools about the cases of political stability. The using of comparative method through documental analysis was intended to illustrate the differences identified between the colonial regime period and the democratic transitions in both countries. Portugal behaved in different ways regarding to the levels of autonomy of its colonies and to the support for the development of native elite., aiming to maximize the exploitation of the workforce in raw material. In this research the trajectory of these two countries were reconstructed specifying the differences, in the politics played by Portugal, in the development of native elites capable to manage its colonies; cultural differences related to the occurrence of ethnic cleavage during the development of the nation state; the processes of independence and the democratic transitions to understand the political stability in Cape Verde and the instability in Guinea-Bissau.

Keywords: Guinea-Bissau, Cape Verde, Portuguese colonialism, binational project, democracy.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANP	Assembleia Nacional Popular
BM	Banco Mundial
BP	Bureau Político
CE	Conselho de Estado
CEI	Casa dos Estudantes de Império
CEL	Conselho Executivo de Luta
CNCV	Conselho Nacional de Cabo Verde
CPLP	Comunidades dos Países da Língua Oficial Portuguesa
CR	Conselho da Revolução
CSL	Conselho Superior de Luta
ECOWAS	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
FARP	Forças Armadas Revolucionárias do Povo
FLING	Frente de Libertação e Independência Nacional da Guiné
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUL	Frente Unida da Libertação da Guiné e Cabo Verde
GUN	Governo de Unidade Nacional
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa
MLGCV	Movimento da Libertação da Guiné e Cabo Verde
MLICV	Movimento de Libertação das Ilhas de Cabo Verde
MPD	Movimento para Democracia
MR	Movimento Reajustador
ONU	Organização das Nações Unidas
OUA	Organização Unidade Africana
PAI	Partido Africano para a Independência
PAICV	Partido Africano para a Independência de Cabo Verde
PAIGC	Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
PALOP	Países Africanos da Língua Oficial Portuguesa
PIDE/DGS	Polícia Internacional de Defesa de Estado/Direção Geral de Segurança
PRS	Partido de Renovação Social
UA	União Africana
UNTG	União Nacional da Independência da Guiné
UPICV	União do povo das Ilhas de Cabo Verde



## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>1</b>	<b>GUINÉ-BISSAU E CABO VERDE: EVOLUÇÃO HISTÓRICA.....</b>	<b>20</b>
1.1	Localização geográfica de Guiné-Bissau e Cabo verde.....	20
1.2	Breve história de Guiné-Bissau e Cabo Verde na chegada dos portugueses	22
1.3	Configuração de Guiné-Bissau na estrutura administrativa colonial portuguesa.....	25
1.4	Configuração de Cabo Verde na estrutura administrativa colonial portuguesa.....	26
1.5	Elites guineenses e cabo-verdianas durante o período colonial.....	28
<b>2</b>	<b>GUINÉ- BISSAU E CABO VERDE: DE PAIGC À PAICV.....</b>	<b>38</b>
2.1	Guiné -Bissau e Cabo Verde: o início ao fim do sonho binacional.....	38
<b>3</b>	<b>GUINÉ - BISSAU E CABO VERDE: DA INDEPENDÊNCIA À TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA.....</b>	<b>48</b>
3.1	Principais desafios da Guiné-Bissau e Cabo Verde pós a independência.....	48
3.2	Processo de formação Estado-nação na Guiné-Bissau.....	51
3.3	Processo de formação de Estado-nação em Cabo-Verde.....	52
3.4	P.A.I.G.C como partido único na Guiné-Bissau e Cabo Verde.....	55
3.5	Guiné-Bissau depois da independência.....	56
3.6	Cabo Verde depois da independência.....	59
3.7	Transição democrática na Guiné-Bissau.....	62
3.8	Força armada e a política na Guiné-Bissau.....	65
3.9	Transições democráticas em Cabo Verde.....	65
3.10	Primeiras eleições multipartidárias na Guiné-Bissau e Cabo Verde.....	67
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>70</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>73</b>
	<b>ANEXO I – HISTOGRAMA HIERÁRQUICO PAIGC PÓS- INDEPENDÊNCIA .....</b>	<b>76</b>
	<b>ANEXO II – ATO COLONIAL.....</b>	<b>77</b>
	<b>ANEXO III – TROCAS DE MENSAGEN.....</b>	<b>78</b>

## INTRODUÇÃO

Ao longo do século XV, abrindo o caminho às “grandes descobertas marítimas”, os Portugueses exploraram a costa ocidental da África, colonizaram Guiné-Bissau e Cabo-Verde até as suas independências políticas, entre 1973 a 1975. Sob o jogo colonial Português, Amílcar Cabral, nascido na Guiné-Bissau e criado em Cabo Verde, fundou, em 1956, o Partido Africano para Independência de Guiné-Bissau e Cabo Verde (P.A.I.G. C). Desde a sua criação, o P.A.I.G.C, tentou várias vezes a negociação sem sucesso com o regime português. Em 1961, iniciou a luta Armada para a independência das duas nações. Em 1973, a Guiné-Bissau proclamou unilateralmente a sua independência, reconhecida por Portugal em 1974, e Cabo Verde, em 1975. Depois da independência, o P.A.I.G.C passou a governar os dois países. Em 1980, entretanto, um golpe militar liderado por antigo guerrilheiro do P.A.I.G.C, general João Bernardo Vieira (Nino), derrubou Luís Cabral na presidência, ao mesmo tempo, interrompeu o processo da unificação com Cabo verde. Em 1981, Cabo Verde mudou sua nomenclatura para Partido Africano para Independência de Cabo Verde (P.A.I.C.V). O contato entre os dois países só voltou a ser estabelecido em 1982, e em 1983 efetuou-se entre eles um intercâmbio de missões diplomáticas. Em 1990, com a onda de democratização pelo mundo, os dois países não ficaram por fora, depois de alteração da Constituição foi adotado o multipartidarismo nos dois países, embora de uma forma diferente. A história da Guiné-Bissau, depois da independência, é marcada por uma considerável turbulência política e militar que acabou resultando nos sucessivos golpes de Estado e várias outras tentativas fracassadas, tanto no regime de autoritarismo quanto após a abertura política democrática. Cabo Verde é um dos raros países africanos que avançou significativamente em termos democráticos e de estabilidade política.

Objetivo Central deste trabalho pauta-se em comparar Guiné Bissau e Cabo Verde, começando por suas configurações na estrutura administrativa colonial portuguesa, observando as instâncias como o ensino, a formação das elites, e os quadros administrativos, durante o projeto binacional e no pós- independência, como também entender o processo de formação do Estado-nação, para, enfim podermos analisar sua transição para democracia. O trabalho busca trazer à tona fatos e elementos que colaborem para compreensão das razões que puderam levar Cabo Verde a ter estabilidade Política e ser exceção dentre as demais democracias na África, especialmente quando se compara a Guiné-Bissau. Partindo deste pressuposto, leva-nos às seguintes indagações: Qual foi o papel das elites e quadros administrativos no processo de formação de Estado-Nação e transições no qual passaram Guiné-Bissau e Cabo Verde? Nos processos de transições para a Democracia, quais foram as condições fundamentais para causar a estabilidade política em Cabo Verde e a instabilidade política como regra na Guiné-Bissau? A nossa hipótese inicial indica que, durante o período colonial, Portugal se comportou de diferentes maneiras em relação a níveis de autonomia das

colônias e no apoio à formação de elites nativas visando à maximização da exploração de mão de obra em matérias primas. A ausência de clivagens étnicas em Cabo Verde facilitou muito para a formação do estado nação em Cabo Verde. A alternância no poder em Cabo Verde (PAICV / MPD) depois da transição do regime autoritário para o democrático foi fator determinante para a estabilidade política em Cabo Verde. Para confirmar essas hipóteses, ou não, é preciso primeiramente fazer algumas postulações teóricas.

O método deste trabalho baseia-se na análise dentro da Ciência política comparada. Nas ciências sociais o método comparado é um recurso para investigar fenômenos econômicos, políticos e sociais, uma maneira de aprofundar a análise empírica e teórica, relacionando diferentes campos de conhecimento. Sartori (1981) afirma que comparar implica assimilar e diferenciar nos limites. Em seu entendimento, as comparações interessam-se em observar os atributos entre entidades que possuem atributos totais compartilhados e não compartilhados em parte. De acordo com Badie e Hermet (1993, p. 7),

Comparar ayuda ante todo a conocer y a conocerse: conocerlo, desde luego, al dejar de identificarlo con los estereotipos que el sentido común le ha atribuido y al dejar de encajonarlo, sobre todo si está lejos, en las categorías misteriosas aunque cómodas de lo exótico. [...] comparar permite además comprender, es decir interpretar lo que quiere decir política en este o aquel lugar sin limitarse a la concepción universalista o etnocéntrica en la cual peligran caer los investigadores. Comparar también nos lleva a relativizar, a abandonar nuestro léxico político, nuestras teorías, nuestros determinismos y prejuicios.

Como bem coloca Espírito Santo (2010), a comparação faz parte da lógica de análise do pensamento humano e da sua necessidade em possuir referências, que guiam seus comportamentos, atitudes e crenças. Desta forma, tal como nos indica Espírito Santo, a “comparação é natural e intuitiva à análise humana”. A cientificidade do conhecimento decorre de um método rigoroso e bem definido. Um método rigoroso não é sinônimo de inflexibilidade, mas sim de estratégias bem traçadas e adequadas às necessidades e limitações do objeto de análise pretendido. Partindo desse pressuposto, esta pesquisa será uma análise que faz parte de mim tbm, essa coisa de faz parte de mim tbm, essa coisa de causais entre dois ou mais conceitos em um esforço para explicar a ocorrência do fenômeno político observado” (LANDMAN, 2003). Sendo uma análise prioritariamente documental, os materiais usados são de fontes oficiais como livros de história sobre a formação dos países, monografias, dissertações, teses e artigos científicos, como também de notícias obtidas através veículos de comunicação oficial, tanto de Cabo Verde, como da Guiné-Bissau. O material coletado para análise encontra-se disponibilizado em bibliotecas e na internet.

Para a consecução dos objetivos pretendidos, a estratégia de escolha do método comparativo visa ilustrar as diferenças e os pontos comuns detectados no regime colonial ao longo processo de formação de elites e quadros administrativos durante o projeto binacional (Partido Único), e na formação de Estado-nação, enfatizando o período que precedeu o regime democrático, ocorrido no final da década de 80 e início dos anos 90.

Para falar de estabilidade e instabilidade política nos regimes democráticos, faz-se necessário, em primeiro lugar, definir o que é democracia. Numa revisão de literatura, existem muitas definições distintas. Cabe esclarecer, inicialmente, que o conceito que utilizo para democracia é o conceito de democracia mínima, delineado inicialmente por Dahl (1971), e adotado posteriormente por Bresser-Pereira (2009), entre outros. Nessa definição, também denominada de definição mínima de democracia, um regime é considerado democrático quando existe o sufrágio universal, e eleições livres e regulares. Adicionalmente, deve existir liberdade de associação, discurso e informação, além da proteção do direito das minorias (BRESSER-PEREIRA, 2009, p.9).

O conceito da Democracia tem sido discutido por muitos pesquisadores, não só de Guiné Bissau ou de Cabo Verde, mas também de muitas partes do mundo. Muitos destes pensadores insistem no fato de que um estado não pode ser considerado Democrático simplesmente porque as pessoas têm o direito de votar. De fato, BrazaoMazula (2002, p.67) admite a complexidade do conceito da Democracia e defende que este pode ser definido como sendo a “capacidade e oportunidade de convivência social-política-econômica, na diversidade de ideias, opiniões e culturas, para a realização de um desenvolvimento real, em cada tempo e lugar”. Joseph Hanlon & Teresa Smart (2008, p.196) vão mais longe, afirmando que num país democrático o governo representa o povo e age no seu interesse, o governo promove os direitos políticos e econômicos dos cidadãos e estes podem mudar o governo, nos intervalos entre eleições o cidadão sente-se encorajado a participar ativamente na tomada e implementação das decisões a nível local e nacional. Contudo, num país democrático, o cidadão é sujeito cativo e beneficiário da vida social, econômica e política, independentemente da raça, classe, gênero, religião e orientação ideológica. Se estes critérios não são observados, num estado considerado Democrático, implica que tal democracia é frágil.

A estabilidade política, de acordo com o Dicionário Política de BOBBIO, (p. 406), buscou como referência o sistema proposto por Lipset (1963), em que a Estabilidade Política deve ser entendida como um sistema político democrático e estável apenas após cumprir três

critérios principais, a saber: estar desenvolvido economicamente e socialmente, ser legitimado pela sociedade e ser eficaz.

Na visão institucionalista para uma democracia estável é fundamental que haja a o enraizamento do institucionalismo eleitoral e o respeito às regras do jogo democrático. Portanto, para ocorrer estabilidade política é preciso que a sociedade reconheça e valide as regras do jogo. Neste prisma, os fatores econômicos e institucionais são suficientes para gerar uma explicação convincente da dinâmica das democracias, sem que seja necessário recorrer à cultura (CHEIBUB et al 2003).

Outra abordagem seria a partir da cultura política, e sua ênfase está na análise dos processos culturais, comportamentais e atitudinais em relação aos regimes democráticos, embora considerem as instituições parte indissociável do processo democrático, como sintetizou Baquero (2011) “são limitadas e não proporcionam respostas suficientes para produzir congruência entre legitimidade jurídica e legitimidade social” (p.13).

Na teoria de Robert Dahl (1989), quando analisou os regimes democráticos defendeu a estabilidade política como condição *sinequa non* à democracia. Devido a isso, permite assim uma visão de níveis de instabilidade entre países e sua comparação, sendo maior a instabilidade e podendo inclusive levar à ruptura do regime.

No entanto, para definir a instabilidade política para além da ausência das condições necessárias à estabilidade, é fundamental incorporar a esta noção os efeitos produzidos por golpes de Estado, revoltas e levantes populares, conflitos étnicos e guerras civis que afetam a estabilidade e não são tão aprofundadas na literatura institucionalista.

Nesta pesquisa a estabilidade política é entendida como um sistema político democrático que se mantém ao longo do tempo estabelecido pelas regras eleitorais do país, considerando as dimensões econômica, social, institucionais e culturais com sua complementaridade – podendo este conceito ser utilizado em perspectiva comparada entre países. Nesta comparação também são analisadas as formações das elites nos dois países. O termo elite surge na França, em meados do século XVII, num primeiro momento designando produtos de qualidade superior e para pessoas ou grupos somente a partir do século XVIII: “Por volta do século XVIII, seu uso ampliou-se, incluindo a ideia de distinção em outros contextos, inclusive no social, denotando assim pessoas e grupos sociais superiores.” (BARNABÉ, 2007, p.2).

Segundo Pareto (1966), haveria em todas as esferas, em todas as áreas de ação humana, indivíduos que se destacam dos demais por seus dons, por suas qualidades superiores. Eles compõem uma minoria do restante da população - uma elite. Temos então

dois estratos numa população: “um estrato inferior, a não-elite, cuja influência possível no governo não nos interessa aqui; e um estrato superior, a elite dividida em dois: a) a elite governante; b) a elite não governante” (PARETO, 1966 apud BARNABÉ, 2007, p2).

Conforme essa noção de elite, esta seria formada por indivíduos com maior influência, poder político e, na maioria das sociedades, maior riqueza material; é impulsionada por forças racionais agindo, portanto, em compreensão racional de sua situação. O outro estrato, a não-elite (a massa) seria, por sua vez, impulsionada pelo sentimento (irracional), sendo impelida por forças cegas.

Segundo Bakary (1990 apud CARDOSO 2002, p.3-4), definir elite em termos de rendimento ou de riqueza, de instrução, de classes, de estatutos, de prestígio, de superioridade, etc., parece também insuficiente no contexto africano. Para Cardoso, o autor não explica, porém, quais são os critérios a partir dos quais se deve definir a elite. Se estes termos se revelam insuficientes para definir elite *tout court*, mais insuficientes se tornam para definir a elite política.

Para Bobbio (1992, p. 386), “em uma sociedade, existe sempre, e apenas, uma minoria que, por várias formas, é detentora do poder, em contraposição a uma maioria que dele está privada”. O extrato da sociedade que reúne condições para exercer estrategicamente o controle do poder decisório no campo político, ideológico e econômico é essa minoria nomeada elite política. Bobbio destaca ainda que este segmento detém o controle do campo político na maioria das sociedades tradicionais ou modernas e, estando organizada institucionalmente, pode, em última instância, recorrer à força para tornar válidas suas decisões.

De acordo com Duma (2003, apud NORONHA 2009, p.26), os critérios tradicionais para caracterizar “elite” podem ser identificados por cinco pontos fundamentais: “o nível de fortuna, o peso da genealogia, as funções ocupadas, a questão da identidade de um grupo e a maneira pela qual ela vai se definir através de um culto da distinção e da aparência”. Na mesma linha de pensamento, Heinz (1998 apud NORONHA, 2009, p.26), afirma que a elite não poderia ser pensada unicamente na forma econômica ou política, porque a busca por riqueza, influência, prestígio, genealogia e conhecimento não seriam redutíveis a uma ou outra dessas dimensões.

Para Heinz (2000 apud NORONHA 2009, p.28), o papel desempenhado pela elite política em determinados momentos históricos pode ser entendido invocando três questões de ordem teórica. Em primeiro lugar, o autor explica a forma de constituição dessa elite, depois analisa a forma de poder que essa elite pode exercer – nesse caso, aponta Bobbio (1992), este

segmento pode se articular tanto em regimes democráticos como autoritários – e, por fim, apresenta os mecanismos de execução desse poder com suas respectivas estratégias de reprodução social e tem grande influência na conformação do Estado-nação nestes países.

O conceito de Nação é algo difícil de definir. Contudo, iremos socorrer-nos de contributos de vários autores. Para começar, é um conceito que surgiu no século XVIII com a Revolução Francesa. Do ponto de vista etimológico, nação provém da palavra *natio*, que significa nascimento e faz apelo à origem comum – “naissance, extraction, rang” (Hobsbawm, 1998, apud Sousa Jr, 2013, p.13). Segundo Hobsbawm, (idem, p.13), podemos apoiar-nos na definição apresentada em alguns dicionários, nomeadamente, “o agregado dos habitantes de uma província, de um país ou reino”, ou “um Estado ou corpo político que reconhece um centro supremo de governo comum”, ou ainda “o território constituído por esse Estado e pelos seus habitantes individuais, considerando um todo”.

O Estado-nação é, segundo Karl Deutsch, “a mais poderosa forma de organização de mundo de hoje”, sendo o Estado “um mecanismo organizado para a tomada e implementações de decisões políticas, bem como para fazer cumprir as leis e regras de um governo” (DEUTSCH apud VICENTE, 2012, p.94). Ainda de acordo com Deutsch (op. Cit.), está-se face ao Estado-nação quando elementos de um determinado povo controlam o Estado soberano, sendo que “Estado-nação é a mais forte organização para se obterem resultados e realizações. Exige, normalmente, apoio popular, sendo-lhe lícito contar com uma apreciável submissão popular”.

É importante salientar que, no que tange ao conceito de nação, suas formas de construção são *sui generis*, dependendo da inserção social e cultural dos indivíduos numa determinada realidade culturalmente construída. Por outro lado, o ponto de vista político desse período do século XVIII apresenta um liame com as transformações ocorridas no cenário social e político mundial pautado numa condição de vida na qual a nação era tida como algo necessário para potencializar a soberania (CANDÉ MONTEIRO, 2013, p. 29).

Estado-nação, em seu sentido moderno, uma comunidade política é diferenciada das outras comunidades em virtude de sua autonomia com relação a seus códigos legais e suas estruturas governamentais, ao seu chefe de Estado, às fronteiras aos sistemas de defesa militar etc. Um estado-nação, da mesma forma, tem diversas características simbólicas que servem para apresentar sua identidade em termos unificados: uma bandeira, um hino nacional, uma auto-imagem popular etc. Vale notar que o estado-nação não é o sinónimo de detentor de nacionalismo. No século XIX, as batalhas nacionais para conquistar a autonomia política de um estado-nação eram iniciadas pelas nações que não possuíam autonomia política (ANDREW e SEDGWICK, 2013, p.263).

A noção de Estado-nação possibilita melhor análise das transições que sucederam, de regimes autoritários para democracias, e internamente no sistema partidário de partido único para multipartidarismo, que ocorreram ao final da década de 80 e início dos anos 90, período marcado por grandes transformações. Os processos de transição política se concentraram particularmente em países do Leste Europeu, da América Latina e da África. Esse fenômeno global Huntington (1994) designou de “Terceira onda de Democratização” que, segundo ele, iniciou com o movimento de abril de 1974 em Portugal, onde um golpe de Estado pôs fim à ditadura de Marcelo Caetano. A Revolução dos Cravos, como é chamada em Portugal, precipitou a origem de um movimento global em favor da democracia e resultou em um processo global de transição de regimes autoritários para regimes democráticos e multipartidários. No continente africano, os processos de transição política não ocorreram, na sua opinião, de forma tão contínua como nos países do Leste Europeu – que sofreram um “efeito contágio” com a queda da URSS e precipitaram o processo de reforma política (ÉVORA, 2011, p.10).

Para Huntington (1994), o desenvolvimento econômico foi a causa que motivou essas mudanças de regime. Outros fatores adicionais, como o colapso comunista no leste europeu, com a queda do muro de Berlim, também são motivos que geraram essas mudanças de sistema político autoritário para democrático. Quando se proferi acerca de transições e consolidação democrática, é necessário definir o que é democracia.

Houve que esperar pelos anos 90 para assistir ao regresso da democracia ao continente africano. A queda do Muro de Berlim, como ficou conhecido pela história o colapso da União Soviética e dos seus satélites, abriu a porta à mudança política em África. Com este colapso, os regimes autoritários africanos perderam a capacidade de usar a rivalidade Este-Oeste que, até então, mantivera ininterrupto o fluxo de fundos internacionais ao dispor das suas elites. Os países ocidentais, principais doadores das economias africanas, encontraram-se, pela primeira vez, em posição de impor um novo condicionalismo político: a relação estreita entre ajuda econômica e democratização.

A Conferência de La Baule, em Junho de 1990, ficou como marco desta condicionante da cooperação ocidental. Sem acesso a fundos internacionais para pagar os salários da função pública, o soldo aos militares e para assegurar a fidelidade das extensas redes de clientes, a manutenção dos regimes autoritários tornava-se insustentável. O cenário estava preparado para a mudança. O quadro externo favoreceu a abertura, desencadeando a pressão popular encabeçada por movimentos sociais, bem como a resposta da elite dirigente, que procurou adequar-se rapidamente à nova realidade (NOBREGA, 2009).



Como observa Roselma (2001), no continente africano os processos de transição política não ocorreram de forma tão contínua como nos países do Leste Europeu, que sofreram um “efeito contágio” com a queda da URSS e precipitaram o processo de reforma política. Segundo autora:

Os casos de transição de regime na África constituem uma excelente referência analítica para estudos de transição política pelo fato da maioria dos países africanos ter herdado todo um legado autoritário do colonialismo europeu que foi perpetuado no período pós-independência pela implantação de regimes monopartidários que, através de ditaduras de partido único, governaram por décadas e de, por outro lado, também serem os dirigentes desses regimes, na maioria dos casos, os que iniciaram os processos de transição que em muitos países só aconteceu devido a fortes pressões externas. A continuidade de atores políticos autoritários nos novos regimes que surgiram e a implantação de regras democráticas para satisfazerem apenas aos países financiadores da ajuda internacional afetou profundamente a qualidade destes novos regimes e colocou em risco a possibilidade de haver de fato uma institucionalização da democracia (ÉVORA, 2011, p.10).

Na literatura da Ciência Política brasileira, a origem do termo transição se relaciona ao conceito de distensão, o qual significa liberalização, descompressão ou abertura. Os primeiros autores a realizarem estudos neste período foram os americanos O'Donnell e Shmitter que caracterizaram o termo transição “como um intervalo de tempo de indefinições no qual são processadas certas reformas no regime político ou são redefinidas as regras que regulam as forças entre governantes e governados” (apud SANTOS, s/d, p.1). Também pode significar o período em que um regime autoritário se desfaz, contudo ainda não existe um outro sistema político consolidado, nem as regras do jogo político estão suficientemente estabelecidas. A partir da influência desses autores, convencionou-se considerar que o processo de transição é marcado por duas fases: substituição ou afrouxamento de regras institucionais com vistas a diminuir a repressão política, ao mesmo tempo que se procura assegurar o restabelecimento de alguns direitos individuais ou coletivos.

De acordo com José Vicente Lopes (2012), com efeito, em nível da administração, o Estado em África resistiu-se profundamente da mal governo que se instalou no continente, acabando, em alguns casos, na sua própria falência, na medida em que deixou de ser um instrumento da realização do bem-estar das populações, bem como um importante elo e fator de união nacional, ficando os cidadãos à mercê de tubarões de todos os tipos. As inúmeras crises de poder político, traduzidas em guerras civis e conflitos étnicos, são um claríssimo sinal do desespero que alcançou alguns países africanos, em virtude do colapso do Estado e da sua substituição por entidades informais ou paralelas (LOPES, J., 2012, p.109).

A transição democrática chega à consolidação quando há acordo suficiente entre os principais atores políticos quanto aos procedimentos necessários para se obter um governo eleito. Porém, segundo Barreto (2006):

Da mesma forma, a democracia encontra-se consolidada quando o jogo democrático torna-se o único jogo possível para as elites que disputam o controle do Estado. “Em termos comportamentais, a democracia começa a ser o único jogo disponível na sociedade quando nenhum grupo político de peso faz tentativas sérias de derrubar o regime” (Linz, Stepan, 1999: p. 23). De maneira mais geral, a sociedade não é considerada um ator político relevante. Sua participação no processo de democratização normalmente está delimitada pelo conceito de sociedade civil adotada pelos atores transitólogos [...]. Segundo Linz e Stepan, (1999), a sociedade civil é uma comunidade política autônoma, não estatal, composta por associações, movimentos sociais, entidades de classe, organizações não-governamentais e grupos de interesses auto organizados. Sua importância para a consolidação democrática reside na sua capacidade de exercer algum controle sobre as lideranças. (BARRETO, 2006, p. 63-64):

Essa nova geração de pesquisas, segundo o autor supracitado, influenciada pelas obras de O'Donnell e Schmitter, tem forte afinidade com a teoria da escolha racional e com o individualismo metodológico, e centrou-se no estudo dos atores políticos – individual ou coletivo –, ou seja, em seus interesses, suas escolhas, suas estratégias e seus recursos. Em um dos seus artigos, “*Illusions about consolidation*”, O'Donnell (1999) identifica outra anomalia latino-americana, que pode ser contextualizada para a realidade africana e guineense: a coexistência de instituições formais de democracia poliárquica com práticas informais particularistas de atores políticos. Conforme Barreto (2006, p. 70-71), “O autor reconhece que a competição eleitoral não foi suficiente para impor um controle eficiente sobre os atores políticos e sugere a adoção de um sistema de *accountability* horizontal, por meio de inauguração de órgãos autônomos de controle”. Entretanto, “[...], O'Donnell (1991, p.25) reconhece que a transitologia não oferece ferramentas teóricas para explicar esse fenômeno”, mas que continua sendo importante a instituição de um regime político fundado na realização de eleições limpas e na extensão dos direitos necessários aos seus funcionamentos. Barreto afirma ainda que, em virtude de sua concepção individualista da ação política, as teorias da transição entendem que a democracia é um mecanismo de coordenação de ações políticas conflitantes.

Segundo Huntington (1965), se os países do Terceiro Mundo não possuem tempo para garantir o surgimento de uma cultura cívica democrática, a ciência política, ao menos, pode fornecer os instrumentos maquiavélicos para que não caiam em uma completa anarquia social.

Dessa forma, para os países periféricos, o ideal da democracia só poderia ser alcançado a longo prazo, após inevitáveis momentos de autoritarismo político.

Democracia é um modelo político ideal de difícil execução e altamente visado, em particular, no Ocidente, por apresentar-se ao governado como uma forma de participação política efetiva. A partir de adaptações, inúmeros países puderam, então, agregá-lo aos próprios regimes. Surgem, assim, democracias “adjetivadas” e sistemas alegadamente em processo de democratização (MIGUEL, 2005 apud FERREIRA et al, 2011, p. 454).

Tendo em vista essa ampla variação, o sistema ONU busca, em suas operações, propagar um ideal democrático em que se garanta segurança e paz. Para tanto, investe-se não apenas em segurança ou desenvolvimento econômico e social como também na manutenção de direitos humanos de modo a respeitar os principais pilares sustentadores dessa organização, como será abordado mais a frente (SGNU, 2007 apud FERREIRA et al, 2011, p. 454).

A visão da ONU acerca da construção da democracia é uma perspectiva holística, a qual engloba desde o aparelho burocrático até a sociedade civil. Nesse panorama, o Estado, legitimado pela ferramenta democrática, deve realizar políticas sociais e econômicas que atendam a demandas da população. Espera-se que as medidas tomadas pelo governo propiciem desenvolvimento socioeconômico, integrando maiorias e minorias, prezando pela pluralidade étnica e cultural (SGNU, 2007 apud FERREIRA et al, 2011, p. 454).

Como bem coloca José Vicente Lopes (2012),

Efeito no nível da administração, o Estado em África ressentiu-se profundamente da má governação que se instalou no continente, acabando nalguns casos na sua própria falência, na medida em que deixou de ser um instrumento da realização do bem-estar das populações, bem como um importante ele e factor de união nacional, ficando os cidadãos à mercê de tubarões de todos os tipos. As inúmeras crises de poder político, traduzidas em guerras civis e conflitos étnicos, são um claríssimo sinal do desespero a que se chegou nalguns países africanos, em virtude do colapso do Estado e da sua substituição por entidades informais ou paralelas (LOPES, J., 2012, p.107).

Com o processo de desmoronamento, em 1989, do sistema socialista europeu, a nível interno de África, tinha-se igualmente chegado à conclusão de que o sistema de partido único, bem como a ausência da democracia, tinham sido uma das causas principais do desastre econômico verificado ao longo de três décadas de independência. Assim, para maioria dos países africanos estavam criadas as condições internas e externas para embarcar no comboio da mudança que, entre outras, bradava a bandeira do liberalismo econômico, da democracia multipartidária e da defesa dos direitos do homem (CARDOSO, 1999, p.259).

De acordo com o sociólogo guineense, Carlos Lopes (1994, p.66), o discurso político da década de noventa “advoga ao mesmo tempo a necessidade da liberalização, e consequente redução do papel interventor do Estado, e o aumento da liberdade democrática, esquecendo os imperativos da construção nacional, que foram o motor da transição passada”. O autor identifica, portanto, dois processos de transição: a “passada” referente à fase da conquista, daquela que diz respeito às aberturas políticas em direção à Democracia e à liberalização econômica no início da década de noventa.

Embora existam fatores diferenciados, internos e externos, explicativos da estabilidade e instabilidade política nos regimes democráticos, tais como intervenções de outros países, cenário internacional desfavorável e etc., a pesquisa aqui presente foca-se no estudo histórico colonial português na Guiné e Cabo Verde, processo de formação de elites e quadros administrativos no período colonial, retrata também o início e o fim de processo binacional entre Guiné-Bissau e Cabo verde, e por último, as suas transições para democracia com objetivo de abordar ao logo dos seus processos passados que puderam estar por detrás da instabilidade e estabilidades na democracia guineense e cabo-verdiana.

Para responder às questões formuladas, este trabalho divide-se em três capítulos. No primeiro capítulo, analisamos a evolução histórica e o processo de luta armada de Guiné-Bissau e Cabo Verde, sob comando de PAIGC contra o colonialismo português, a configuração de Guiné-Bissau e Cabo Verde na estrutura desse colonialismo e a formação de elites políticas durante este período. Já segundo capítulo, descrevemos as características do projeto Binacional de Guiné-Bissau e Cabo Verde sob comando de PAIGC, analisamos início e fim deste processo iniciado por Amílcar Cabral, o regime monopartidário depois da independência e a falência desse regime, que chamamos “do PAIGC a PAICV”. Enquanto no terceiro, analisamos os dois países depois da independência, nos seus processos de formação Estado-nação, as mudanças constitucionais e a inauguração do regime democrático ocorrido nos finais da década de 80 e início dos anos 90, o que Huntington (1994) designou de “Terceira onda de Democratização”, e por último faremos uma breve análise das primeiras eleições multipartidarismo nos dois países.

## 1- GUINÉ-BISSAU E CABO VERDE: EVOLUÇÃO HISTÓRICA

### 1.1- Localização geográfica de Guiné-Bissau e Cabo verde

A República da Guiné-Bissau fica situada na Costa Ocidental de África, limitada ao Norte pela República do Senegal, a Leste e Sul pela República da Guiné Conacri e a Oeste pelo Oceano Atlântico. É composta por um território continental e por cerca de 60 ilhas menores. A extensão total de sua fronteira é de 724 km e a sua costa tem 350 km. Apenas 78% dos aproximadamente 36.000km<sup>2</sup> se encontram no continente. No interior do país existem áreas pantanosas e, a leste, savana úmida. A capital, Bissau, localiza-se no estuário do rio Geba, na costa atlântica. (INEC, 2015).



Fonte: [www.africaguide.com](http://www.africaguide.com)

Segundo dados estatísticos de 2009, a população de Bissau corresponde a um total de 1.548.159 habitantes. Tem uma densidade de 33,22 habitantes por km<sup>2</sup>, e a grande maioria da população reside em zonas rurais. A Guiné-Bissau conta com mais de trinta etnias que se configura em cinco grandes grupos étnicos espalhados em diferentes regiões do país, compondo o seguinte cenário: *Balantas* (27%), *Fulas* (22%), *Mandingas* (12%), *Manjacos* (11%), *Papeis* (10%) e *outros* (18%). Ressalta-se que a tradição cultural destes grupos étnicos é bastante rica e diversificada, enfatizada através das diferenças linguísticas e expressões artísticas, entre outras categorias de análise (CANDÉ MONTEIRO, 2013, p.99). A língua

oficial é o português, mas também há outras línguas e dialetos africanos, como o exemplo o Crioulo guineense.

Arquipélago, Cabo Verde é composto por um grupo de 10 ilhas (9 habitadas) e dezenas de ilhéus desabitados. A superfície é de apenas 4.000 km<sup>2</sup>. As maiores ilhas são a de Santiago, onde se situa a capital do país, e a ilha de Santo Antão. As duas principais cidades são Praia (132.000 habitantes) e Mindelo, na ilha de São Vicente (71.000 habitantes). O arquipélago se localiza na zona sub-saheliana, com um clima árido ou semiárido (VISENTINI, 2012, p.76).



Durante muito tempo o arquipélago foi utilizado como entreposto de africanos escravizados de diversas origens, esse fator fez com que a população – em sua maioria – se tornasse mestiça. A origem étnica da maioria dos cabo-verdianos se deu entre e os *bantus* e os europeus colonizadores; aproximadamente 70% da população é *crioula*, 28% *africana* e 1% *européia*. O português e o crioulo são as principais línguas do país. A religião católica é o credo predominante entre os cabo-verdianos (90%). Meio milhão de pessoas vive no arquipélago e quase igual quantidade no exterior. A taxa de analfabetismo é de, aproximadamente, 20%. Atualmente é crescente o número de imigrantes de outros países africanos que buscam oportunidade de trabalho em Cabo Verde (VISENTINI, 2012, p.77).

## 1.2- Breve história de Guiné-Bissau e Cabo na chegada dos portugueses

A fixação portuguesa na costa ocidental africana, excetuando o caso das Ilhas de Cabo Verde, era mercantil, superficial e litorânea. Este longo período estendeu-se desde o início dos meados do século XV até praticamente 1885, a altura que se realizou a célebre Conferência de Berlim<sup>1</sup>, coincidindo esta como o fato de o poder colonial português se sentir fortemente ameaçado nos seus “direitos históricos” por parte de outras potências coloniais europeias (MOURÃO, 2009).

Presume-se que os guineenses estão na origem da esmagadora maioria dos primeiros habitantes cabo-verdianos (LOPES apud MENDES, 2010, p. 19). E isto pode ser um dos motivos pelos quais, ao longo da história, os dois países foram governados pelos mesmos governadores (CARDOSO apud MENDES, 2010, p. 19), tal como o fato de se unirem durante a luta armada, apesar dessa união nem sempre ter sido pacífica (PINTO apud MENDES, 2010, p. 19). Segundo Visentini (2012, p.77), “a luta pela libertação do colonialismo português conduzida pelo PAIGC<sup>2</sup>, fortaleceu a união entre Guiné-Bissau e Cabo Verde.”

O golpe de Estado militar de 28 de maio de 1926 abriu, em Portugal, uma nova era política, caracterizada por uma ditadura que viria arrastar-se até 25 de abril de 1974, data da Revolução dos Cravos que pôs o fim ao período fascista em Portugal.

[...] Com a chegada de Salazar ao poder 1926, encontrou uma situação financeira catastrófica, cuja consequência mais temia era a tutela por parte da Sociedade das Nações sobre as possessões coloniais portuguesas. Política africana do novo regime afirmou em 1930, quando Salazar acumulou os ministérios das finanças e das colônias, fazendo aprovar o Ato Colonial, que estabeleceu de forma clara o quanto institucional das coloniais. A vocação imperial era clara nesta lei, na medida em que enunciava a fundação histórica de Portugal de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas. As normas que foram instituídas pelo

---

<sup>1</sup> Devido ao neocolonialismo a África foi dividida em fronteiras artificiais de acordo com os interesses europeus, tribos aliadas foram separadas e tribos inimigas foram unidas. Essa divisão ocorreu em 1884-1885 na Conferência de Berlim que institui normas para a ocupação, onde as potências coloniais negociaram a divisão da África, propondo a não invadir áreas ocupadas por outras potências.

<sup>2</sup> Na esteira dos movimentos nacionalistas da década de 60 em África, surgiu o PAIGC (Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde) com aspirações de emancipação e unidade nacional para as duas ex-províncias do império colonial português, tendo obtido a independência política da Guiné-Bissau, em 1974 e à de Cabo Verde, em 1975.

Estado Novo centralizaram fortemente as decisões em Lisboa, passando a depender, em última instância, do Presidente do Conselho (GOMES PATRÍCIA, 2010, p.30).

No que se refere aos seus “protegidos” indígenas, o Estado Novo pouco investiu nas instituições sociais e educativas. A educação, que era deixada a cargo das missões católicas, tinha proporcionado à grande massa dos africanos uma instrução substancialmente rudimentar que não permitia acesso à cultura letrada, ou educação formal. Como se refere Enders, em 1950, (apud GOMES, PATRÍCIA, 2010), a população africana da Guiné tem 99% de analfabetos, o caráter massivo de analfabetismo acentuou ainda mais o isolamento dos poucos assimilados e atrasou a expressão das reivindicações políticas dos africanos das colônias.

De acordo com Bobbio (1998), o colonialismo indica a doutrina e a prática institucional e política da colonização. Enquanto colonização é o processo de expansão e conquista de colônias, e a submissão, por meio da força ou da superioridade econômica, de territórios habitados por povos diferentes dos da potência colonial; colonialismo define mais propriamente a organização de sistemas de domínio. Nesse quadro, cabe às colônias a função de fornecer matérias primas ou produtos susceptíveis de enriquecer economicamente a metrópole, feito, na maioria das vezes, pela reconversão e extroversão da produção do território dominado (BOBBIO, 1998, p.191).

Para Nikolai e Vladislav (1990), a colonização é um fenômeno sociopolítico que abrange todos os aspectos da vida e da atividade do território dependente. Em interação entravam duas sociedades diferentes pelo nível do seu desenvolvimento, o que, naturalmente se refletia nas relações entre elas, colocando a colônia numa situação de inferioridade, determinando a sua total dependência nos campos político, social, econômico, tecnológico, cultural e mesmo demográfico (NIKOLAI e VLADISLAV, 1990, p.6).

No caso português, tais pressupostos ficam expressamente consignados no Ato Colonial de 1930, estabelecendo as regras de domínio luso sobre os seus territórios ultramarinos. Um exemplo prático da natureza econômica do colonialismo nos é dado pela antiga Guiné-Portuguesa, cujo comércio externo, principalmente o amendoim dendê, era por altura e, logo após a Segunda Guerra Mundial, monopólio da CUF (Companhia União Fabril), de tal modo que, em 1955, 83% das exportações guineenses tinham como destino Portugal, tal situação repete-se em nível das importações: 65% dos produtos importados provinham da metrópole (MENDI s/d apud LOPES, JOSÉ VICENTE, 2002, p.84,86).

A cobrança do imposto tinha como objetivos financiar o próprio colonialismo, ou seja, a manutenção do aparelho de Estado, e incentivar a produção agrícola ainda muito presa à



lógica de produção para subsistência. Nos anos 50, o imposto ainda sofreu uma modificação, transformando-se em imposto de capitação, cujo efeito imediato foi o de aumentar de forma bem significativa a carga tributária que recaía sobre os camponeses.

Assim, a exploração colonial portuguesa criou uma estrutura de produção completamente diferente da existente. Alguns produtos como a manca (amendoim) foram culturas obrigatórias impostas pelos portugueses para a exportação. Tal modelo diferenciava-se da agricultura baseada na pequena empresa familiar. As formas tradicionais, trabalhar a terra e o ritmo de produção, mudaram bruscamente. Os camponeses foram obrigados a produzir, por exemplo, ininterruptamente durante a Segunda Guerra Mundial, sendo, muitos, obrigados a abandonar suas comunidades e famílias para trabalhar em terras longínquas. A imposição de culturas de exportação era ainda mais cruel porque vinha acrescida de uma política comercial desigual, fixando preços muito abaixo do mercado internacional (ZIMMERMANN, 2011).

Na Guiné, o trabalho forçado é “completado” pela “cultura obrigatória” principalmente do amendoim. Para segurar os benefícios do comércio monopolista, o camponês é obrigado a cultivar o amendoim, mesmo que este seja mal pago e muito mais desvantajoso que o arroz. Nas Ilhas de Cabo Verde, o camponês deve entregar aos grandes proprietários de terra, um terço ou metade de sua colheita, em produto de exportações. Como o terreno cultivado representa 0,25 de hectares por habitantes e 80% da população vive da agricultura, o que resta para a sua alimentação e a da sua família não é suficiente (P.A.I.G. C, 1977).

Em Cabo Verde, como observa Visentini (2012),

[...] a colonização predatória e a monocultura contribuíram para degradar a paisagem das ilhas, além de modificarem sua economia, agravado a escassez de água. Inicialmente, sua localização, estrategicamente situada entre rotas do tráfico de escravos da África para as Américas, possibilitou a colonização. A camada fértil do solo cabo-verdiano foi destruída em pouco tempo (pelo o uso intensivo), e no século XVIII as prolongadas secas tiveram início. A redução da produção agrícola gerou a emigração para Guiné Bissau, Angola, Moçambique, Senegal, Brasil e EUA (VISENTINI, 2012, p.77).

A utilização do trabalho escravo nas plantações das colônias espanholas e portuguesas da América fez aumentar bruscamente a procura de mercadoria “viva” que veio se tonar, no séc. XVI, o objetivo principal do comércio africano.

### 1.3- Configuração de Guiné-Bissau na estrutura administrativa colonial portuguesa

A colonização portuguesa na Guiné-Bissau foi bastante violenta. O monopólio da agricultura foi entregue a uma empresa privada, e os nativos obrigados a trabalhar na produção voltada à exportação, com área da lavoura destinada à subsistência da população significativamente reduzida. Na década de 1950, o índice de mortalidade infantil atingia 600 óbitos para cada mil crianças nascidas, havia um número ínfimo de médicos no país e a alfabetização alcançava apenas 1% da população. No início da década de 1960 só havia o registro de 11 guineenses com educação secundária completa (VISENTINI, 2012, p.98).

Como observa Aristides Parreira (2003, p.25), no período que se seguiu aos três séculos de presença mercantil ao longo do litoral da Guiné-Bissau, os guineenses oferecem uma resistência tenaz ao aparelho administrativo colonial português, assim é preciso assinalar várias derrotas das forças armadas coloniais, embora seja superior o poderio militar dos primeiros. A tenacidade da resistência guineense foi tal que, no galgar do século XIX para o XX, o Governo colonial de Lisboa teve de contar com importantes reforços de homens e materiais para fazer face à resistência heroica dos guineenses à colonização. Apesar de a historiografia colonial considerar a “campanha de pacificação” terminada por volta de 1915, o certo é que a atual Guiné-Bissau foi palco de inúmeros focos de revolta, e foram reacendendo até meados da década 1950 do século XX. Segundo o autor (2013),

Na Guiné Colonial, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, não foi apenas o abandono extrema a que a colônia foi votada o único fator que explica o seu estado deplorável realmente às outras colônias portuguesas de África. O ambiente permanentemente belicoso gerado, nos primeiros três séculos de presença portuguesa, pela posse de escravos, pelas guerras de colonização, associado ainda ao fato de até essa altura a Guiné se encontrar, do ponto de vista administrativo, sob a dependência do Governador – Geral de Cabo Verde, conferiu-lhe no contexto da política colonial portuguesa um estatuto marginal. (PARREIRA, 2003, p.26).

Para autor, as razões que estiveram na base da antipatia com os cabo-verdianos se resumiam na questão hierárquica, visto que “o que era considerado elite na Guiné-Bissau era o quadro administrativo. Administradores, chefes de posto, entre outras funções, eram quase todos ocupados por cabo-verdianos”. Em outras palavras, não havia convivência, sobretudo com os bissau-guineenses assimilados, pelo fato dos cabo-verdianos nutrirem o sentimento de superioridade para com eles. Todos estes fatores reforçaram a rejeição inicial de Cabral no meio social bissau-guineense, na época como cabo-verdiano (PEREIRA, 2012, p.58).

O aparelho administrativo colonial na Guiné-Bissau é marcado fortemente pela presença dos Cabo-Verdianos. Como já tínhamos destacado antes, o governo colonial português, investia pouco na Guiné-Bissau, e esta falta de investimentos atingia todas as áreas, uma delas é da educação. Havia poucas escolas no território guineense e o acesso era para poucos, o que se traduzia num alto índice de analfabetismo e falta de mão-de-obra qualificada. O governo colonial português, perante a relutância quanto a ideia de trabalhar e residir na colônia, se viu obrigado a recorrer à mão-de-obra cabo-verdiana, para suprir a falta de “mão de obra educada” na Guiné-Bissau. Cabo Verde apresentava uma situação diferente da Guiné-Bissau, havia escolas e a maioria tinha acesso à escola, permitindo ter uma população mais preparada para assumir as funções no governo colonial, na Guiné-Bissau (CASSAMA, 2014, p.52).

Em 1925, os cabo-verdianos já constituíam 27% dos administradores, e 61% dos chefes de posto, os altos. Esses funcionários mantinham uma relação estreita com os colonizados, e exerciam o enorme poder concedido a eles pelo governo colonial. Os funcionários cabo-verdianos a serviço do governo colonial tinham as suas áreas de jurisdição, onde eram responsáveis pela “manutenção da ordem e tranquilidade pública”, coleta de impostos coloniais e pelo recrutamento forçado de trabalho gratuito para a construção e manutenção de estradas, pontes, edifícios do governo e residências (LOPES, 2011, p.20). Assim, podemos conferir o Ato Colonial em anexo, que dispões todas as obrigações dos povos guineenses sob o jogo colonial português. .

#### **1.4- Configuração de Cabo Verde na estrutura administrativa colonial portuguesa**

Cabo Verde foi descoberto em 1460, mas o povoamento começou anos mais tarde, por volta de 1462. Isto por causa de uma série de obstáculos, tais como o distanciamento em relação ao reino, as condições climáticas e os limitados recursos naturais (DE ALBUQUERQUE; SANTOS, 2001). Não havia interesse por parte dos Portugueses em fixar residência na ilha, a Coroa portuguesa tinha, portanto, de tentar combater esses efeitos inibitórios provocados pelos condicionalismos já referidos. Conceder aos dispostos a ir viver em Santiago diversos privilégios, através da Carta Régia de 1466, foi a solução encontrada. Garantiram-se, assim, aos futuros moradores, facilidades fiscais e comerciais no lucrativo e promissor comércio, principalmente o da escravatura, com a costa da Guiné (ALBUQUERQUE; SANTOS, 2001).

Segundo Pereira (2014),

[...] no meado de 1850, vários problemas da sociedade cabo-verdiana, como educação, saúde, higiene, comunicação e de infra-estruturas, anteriormente a cargo das comunidades, dos notáveis ou da Igreja, vão ser agora assumidos pelo Estado. Esboçam-se assim as primeiras políticas públicas em que o Estado se capacita para cumprir o alargamento das prerrogativas sociais e económicas determinadas pela ideologia liberal. (PEREIRA, 2003, p.49-50).

Cinco séculos de colonização portuguesa legaram ao processo pós-colonial uma estrutura social fortemente patriarcal e uma elite administrativa de origens regionais diversas, com predomínio de recrutamento no norte do arquipélago ao final do período colonial (CABRAL et al, 2011, p.22). Em Cabo Verde, país de forte tradição burocrática, quanto mais não seja porque muito cedo a elite cabo-verdiana se viu obrigado a aprender a dominar a máquina administrativa colonial, estendendo esse domínio à Guiné-Bissau. Como observa Mendi (apud LOPES 2002, p.109), “durante um largo período a administração da Guiné esteve a cargo do governo de Cabo Verde, do mesmo modo que a maior parte dos agentes administrativos daquela antiga colônia era cabo-verdiana”.

Do século XV ao XVIII a administração pública funciona como máquina de reconversão de uma classe dominante fundiária em elite político administrativa. O grupo dos funcionários régios, cujo papel era o de gerir e administrar determinados sectores da vida social monopolizou toda a organização administrativa criada em Cabo Verde. Os negros eram sistematicamente excluídos por não possuírem “partes e qualidades necessárias” para as funções. Assim, ser branco e cristão eram condições básicas para se pretender algum ofício no quadro do oficialato régio. O topo da hierarquia assente na capital cabo-verdiana era composta pelos governadores, ouvidores gerais, feitores e provedores, sendo o acesso dos naturais a esses postos extremamente dificultado (COUTINHO, 2001 apud CABRAL et al, 2011, 23).

Nos finais do séc. XIX destaca-se uma elite que se distingue dos demais grupos da sociedade cabo-verdiana pela sua formação intelectual, mais do que racial. A disputa por cargos públicos na administração colonial reforça o anseio de determinados grupos sociais em termos de estratégias escolares já que se precisava convencer a metrópole de que os “nativos” de Cabo Verde estariam a altura desse importante ofício. (CABRAL et al, 2011, 23).

Constituiu-se assim um grupo social especializado para a mediação da administração colonial, com origens no comércio e na propriedade agrícola, sem títulos de equivalência

oficial com os da metrópole, mas com formação escolar e que almeja e consegue cargos intermediários do funcionalismo da província de Cabo verde (ANJOS s/n apud CABRAL et al, 2011, 23).

Assim como observa Cabral (et al 2011, 23-24), os novos colaboradores do poder colonial, ascendem ao topo da hierarquia social através de um investimento na formação escolar que passaria a ser sobrestimada em virtude da decadência da agricultura. Os intelectuais nativos consolidaram a condição de mediadores pelo desempenho dos códigos burocráticos e administrativos metropolitanos.

### **1.5- Elites guineenses e cabo-verdianas durante o período colonial**

Importa frisar que o continente africano, antes da chegada dos europeus, já contava com impérios e reinos, organizações sociais, políticas e econômicas, e experiência em exercício do poder político (RIBEIRO, 1989 apud MONTEIRO, ARTEMISA, 2013, p.85). Entretanto, a história da África Ocidental é marcada entre os séculos pela presença de três grandes impérios sudaneses: Ghana, Mali e Songhay. De acordo com Ribeiro (1989 apud ARTEMISA, 2013), estes impérios tinham presença de uma elite composta pelos reinados, governadores de províncias, conselheiros, comerciantes, etc., isto é, tinham uma estrutura hierárquica forte de poder centralizado nas mãos do Rei. (RIBEIRO, 1989 apud MONTEIRO, 2013, p.85).

De acordo com Mosca (1992), citado por Semedo (2011), em qualquer sociedade, seja de caráter político, econômico, social ou religioso, o controle do seu funcionamento fica nas mãos de uma minoria organizada que domina a tomada de decisão e são os seus atributos que os levam a dominar, os quais, geralmente, são altamente valorizados pela massa, como: a educação, a posição social, a tradição familiar, a posse e os hábitos de classe. Foi A elite emergente quase não encontrou dificuldades em adquirir de forma significativa o reconhecimento social que lhe permitiu liderar e desenvolver a revolução. Com o culminar da luta de libertação e, simultaneamente, a independência, o grupo que ascendeu ao poder era parte de assimilados ou civilizados. (MOSCA, 1992 apud SEMEDO, 2011, p.101).

Segundo Cardoso (2002, p. 13), quando chegaram os primeiros europeus à Costa da Guiné, os povos autóctones que viviam nestas paragens estavam organizados em grupos étnicos mais ou menos fechados, possuindo cada um o seu próprio “chão” (território), uma organização social e política própria e uma economia de subsistência que garantia uma relativa autonomia a cada um deles. Segundo autor, se excetuarmos a influência das

sociedades islamizadas, podemos identificar três traços distintivos que marcavam estas sociedades do ponto de vista da sua organização política:

1) Fraca estratificação e hierarquização política e 2) baixo nível de centralização do poder político e 3) uma fraca e até ausente elite política digna desse nome. Mas estas sociedades autóctones cedo se relacionaram com outros povos e grupos étnicos, cuja organização económica, social e política apresentavam características diferentes. (CARDOSO, CARLOS, 2002, p. 13).

No que diz respeito à sobrevivência desta elite política das sociedades “tradicionais”, segundo Cardoso (2012), não obstante a política assimilacionista do colonialismo português, com a implantação efetiva das estruturas de Estado moderno na colônia, verificou-se uma ruptura naquilo que se podia considerar o processo de constituição de unidades políticas de grande dimensão, que por sua vez vinham “produzindo” as suas próprias elites, nomeadamente a política constituída, na época pré-colonial, essencialmente pelos chefes das pequenas unidades políticas. Segundo autor, não se verificou uma “recuperação” da elite política tradicional nas estruturas do Estado moderno. Salvo raras exceções, a implantação destas estruturas fez-se em grande medida pela via de confrontação direta, por vezes militar, entre o incipiente poder político colonial e as elites políticas tradicionais.

A formação ou surgimento da elite guineense é anterior à formação do PAIGC e tem seu limiar durante o processo colonial, no entanto, sua vanguarda era marcadamente mestiça. Nas colônias, com exceção de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, a estrutura social era excludente e hierarquizava as populações em civilizados e indígenas. Essa estratégia perversa pretendia forjar uma elite dos assimilados com a missão e obrigação de servir o sistema como instrumento de dominação e auxiliar na defesa dos interesses colonizadores junto às massas colonizadas que não eram consideradas cidadãos (SEMEDO, 2011, p.100).

As raízes históricas do Partido Africano para a Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde (P.A.I.G.C), inicialmente formado como um movimento de libertação, encontraram-se nas elites de crioulas da Guiné e de Cabo Verde. Houve, todavia, antecedentes que estiveram na base da sua criação e que é importante referir para a compreensão da dinâmica que envolveu a constituição deste Partido (GOMES PATRÍCIA, 2010, p.33).

Na Guiné-Bissau, os privilégios de classe traduziam-se na sua formação intelectual que se diferenciava brutalmente do restante da população. Os dirigentes do P.A.I.G.C, incluindo obviamente Cabral, eram o retrato fiel dessa pequena burguesia intelectual revolucionária. Cabia a eles a missão revolucionária de libertar o povo, com o povo, e,

posteriormente, assumir o poder. Como bem esclarece Carlos Lopes, o papel reivindicado à pequena burguesia no movimento de libertação em África é diferente dos modelos europeus:

A pequena burguesia assume a direção da luta e mais tarde o poder, não só pelas suas características económicas, mas por outras razões. Na sociedade colonial é o seu poder intelectual que sobressai, provocando uma grande influência ideológica, cultural e política (LOPES, 1987, p. 84).

As rivalidades entre cabo-verdianos e guineenses remontam desde a fase da colonização efetiva desse último território. Como havia a dificuldade dos colonizadores em instalar-se no território, foram os cabo-verdianos os encarregados de tal tarefa; foram eles que forneceram os quadros para a administração civil; que ao longo da colonização conseguiram os melhores cargos, os melhores salários, conseguindo os postos mais altos dos funcionários público permitido ao colonizado assimilado (MATEUS, 1999 apud ZIMMERMANN p.9).

A consolidação da estrutura administrativa colonial, de 1920 a 1950, reforçou, assim, a proeminência política de um pequeno número de africanos relativamente privilegiados. Esta elite era largamente constituída por cabo-verdianos obrigados a emigrar de Cabo Verde para a Guiné, descendentes destes e mestiços e, progressivamente, passou a envolver alguns destacados elementos da comunidade local. Assim, alguns guineenses de cor escura também faziam parte desta elite. O fato de o colonialismo lhes ter concedido determinados privilégios permitiu-lhes beneficiar de vantagens ou regalias em termos de educação, fluência na língua portuguesa e familiarização com vários aspectos da cultura ocidental. Estes fatores permitiram, por sua vez, que os membros desta elite pudessem ser designados como funcionários da administração colonial (CARDOSO, 2002, p. 16-17).

Também é importante frisar que o fato de grande parte dos cargos de direção do partido serem ocupados por cabo-verdianos não podia deixar de causar certo descontentamento:

Os principais dirigentes do Partido eram cabo-verdianos. Dos seis fundadores, cinco tinham sangue ilhéus nas veias. Os três membros da comissão permanente do Comitê Executivo eram de origem cabo-verdiana. No secretariado de quatro membros, os dois mais importantes (o secretário-geral e o secretário-geral adjunto) eram também de origem cabo-verdiana. Cabo-verdianos eram, ainda, na sua maioria, os membros do conselho de Guerra. (MATEUS, 1999, apud ZIMMERMANN p.9).

De acordo com Cardoso (2002, p. 13), pode-se dizer que a formação da elite política guineense moderna está presa a dois fatos históricos importantes indissociavelmente ligados: 1) a implantação definitiva do Estado colonial portuguesa neste território e 2) a integração de

uma camada de origem africana, mas não necessariamente “indígena” nas estruturas, instituições e dinâmicas sociopolíticas da colônia. Esta evolução pode ser historicamente situada a partir da segunda metade do século XIX. Antes disso, e após quatro séculos de contatos entre europeus e africanos nesta costa atlântica, a soberania do Estado português nestas paragens era uma miragem. Antes desta data, no interior das terras a sua soberania limitava-se a um setor bem preciso. Não é por acaso que ainda no início do século XIX esta pequena Guiné se chamava oficialmente Guiné de Cabo Verde, enquanto que R. Péliissier a designava “a ‘colônia’ de uma colônia” (PÉLISSIER, 1989 apud CARDOSO, 2002, p. 13).

A fase pós-independência foi, assim, a de constituição de uma elite política e de um poder altamente elitista, prisioneira da sua alienação a um poder político exclusivista. A nível dos assuntos do Estado, havia uma Assembleia Nacional Popular, em que dois terços dos delegados eram eleitos entre os Conselheiros regionais e um terço selecionado pelo PAIGC. A única função dos Conselheiros Regionais eleitos em 1972 e 1976 foi a de eleger os deputados para a Assembleia Nacional Popular.

Na prática, a sua função consistia, muitas das vezes, em legitimar as ações, tanto que o órgão nunca foi capaz de votar uma moção de censura contra a ação dos governantes. O Conselho de Estado era responsável pela seleção e controle do Conselho de Ministros. O Presidente do Conselho de Estado era o Presidente da República e o Comandante Supremo das Forças Armadas. Na prática, dominava os procedimentos do Conselho de Estado e do Conselho de Ministros. A nível de partido, constatamos que, após a proclamação do PAIGC como força política dirigente da sociedade, tratava-se de completar o monolitismo em relação à sociedade com a consolidação de um poder igualmente de elite (CARDOSO, 2002, p. 19).

Na opinião de Augel (1996 apud SEMEDO 2011, p.102), muito embora um dos propósitos da luta de libertação tenha sido de garantir igual direito a todos os cidadãos, como acesso à educação, à saúde, à justiça e ao lazer, ou seja, de criar condições favorecedoras das necessidades básicas das populações, a ação do Estado guineense após a independência tem resultado mais no privilegiamento da elite emergente do que em garantir os pressupostos pelos quais havia lutado. Bastava a ascensão ao poder para repetir as práticas da época da colonização. Essa contradição levou Augel (1996 apud SEMEDO 2011, p.102) a concluir que o Estado não pode excluir a longo prazo a massa, como aconteceu na Guiné-Bissau, porquanto esta situação é suscetível à acumulação de problemas que resultam em revoltas sociais e conflitos armados, aliás, como vem acontecendo nos dias atuais. Grosso modo, pode-se dizer que a “elite intelectual”, que era fechada pela própria conjuntura do regime e se



encontrava na fase embrionária, não conseguiu influenciar de forma significativa as ações de governo.

Segundo Ossagô (2011, p.73), nos primeiros anos da independência, o país enveredou por uma forma de regime partido-estado, comandado pelo PAIGC, baseado no chamado centralismo democrático, assente nas estruturas administrativas herdadas do aparelho colonial do antigo regime português.

Para Jauará (2006),

“A luta interna dentro do partido que deu independência PAIGC vai caracterizar a primeira administração da Guiné-Bissau. As principais pastas do governo vão ser ocupadas por pessoas que ocupam ou exercem cargos relevantes no partido e são expoentes da sua hierarquia”. (JAUARÁ, 2006, apud OSSAGÔ (2011, p.73).

Esses militantes ocupam cargos ministeriais, independentemente da vontade do presidente da República, isso porque o partido, naquela ocasião, sobrepunha-se ao estado, não só em tese como de fato. Cabia ao partido elaborar as estratégias de desenvolvimento do país e as metas a serem cumpridas.

Como observa Semedo (2011. p.102), o problema da desestruturação e/ou fragmentação da elite nacional iniciou-se no processo revolucionário. O epicentro do terremoto que sacudiu o partido pode ser observado naquilo que se considerava sua espinha dorsal, isto é, a unidade Guiné e Cabo Verde. O “Calcanhar de Aquiles” que a estratégia colonial conseguiu acertar e destruir com ataques psicossociais fomentando as diferenças sociais existentes e que, conseqüentemente, após seis anos da independência culminou com os acontecimentos de 14 de novembro de 1980. Ou seja, a grande questão estava na estrutura da direção da legenda. Embora esta tivesse mais guineenses, se pensava que a minoria cabo-verdiana e/ou descendente considerada detentora de recursos políticos influenciava as tomadas de decisões (ver fluxograma em anexo).

Em linhas gerais, como se pode afirmar, a ausência de uma elite organizada na Guiné que assume o papel de vanguarda tanto do ponto de vista intelectual, quanto econômico e social contribuiu para criar dificuldades no exercício e no aperfeiçoamento do poder, no âmbito de desenvolvimento de políticas públicas. Essa ausência de integração técnica elite/poder e vice-versa inverteu o papel da elite emergente que passou a usar seus recursos políticos para fins particulares de luta pela sobrevivência (idem, p.104).

Para Cardoso (2002), a elite política atual sofre, com isso, duas heranças negativas: de uma política repressiva colonial que não deixou que se formasse uma elite política autóctone,

e, mais tarde, da do Estado pós-colonial que, por causa de uma política repressiva de partido único, não permitiu igualmente o desenvolvimento de uma sociedade civil autónoma, e muito menos a constituição de uma classe política independente das estruturas de poder do partido único.

Os que controlam o Estado, aqueles cujos interesses são servidos primariamente pelo Estado, constituem a classe dirigente. Através do Estado, controlarão o acesso aos instrumentos de produção e, ainda através do Estado, controlarão a distribuição dos produtos daqueles instrumentos de modo a assegurar para eles próprios a parte privilegiada. Esta situação começou a alterar-se a partir do momento em que o país, obedecendo aos ventos da mudança, abraçou a vaga de liberalização que se abateu sobre África nos finais da década de 80 e princípios de 90 (CARDOSO, 2002, p. 20).

Segundo José Carlos dos Anjos (2000), é a partir do fim do século passado que se pode começar a falar de uma elite em Cabo Verde que se distingue dos demais grupos da sociedade, especificamente, por reivindicar status e funções sociais por sua formação letrada. Até meados do século XIX a sociedade cabo-verdiana se estruturava numa hierarquia de posições socioeconômicas e culturais coincidentes com a origem étnica. No topo da pirâmide, uma pequena elite de brancos que combinam o monopólio das funções administrativas, a posse das maiores e melhores extensões de terras e o domínio das expressões culturais oficiais. Nas posições intermediárias, a hierarquia de prestígio e posses econômicas corresponde quase rigidamente à gradação epidérmica, indo de brancos pequenos proprietários a uma camada intermediária de mestiços sesmeiros, rendeiros e depois meeiros, artesãos, pequenos comerciantes e trabalhadores assalariados (agrícolas e públicos), até aos negros escravizados e camponeses sem terra, marginalizados<sup>3</sup> (ANJOS, 2000, p.181-182).

A julgar pelo relato de historiadores, estas ilhas não constituem nenhuma ameaça permanente, nem a um poder africano hegemônico, nem ao poder colonial. Nestes estabelecimentos havia uma confusão entre funções administrativas, militares, comerciais e agrícolas. Segundo George Brooks, a primeira metade do século XIX marcou o ponto mais baixo do envolvimento português e cabo-verdiano na região da Guiné-Bissau. Os oficiais governamentais e o pessoal militar passava anos sem receber os seus salários ao mesmo

---

<sup>3</sup> Escravos que fugiam eram conhecidos como vadios, donde se origina, provavelmente, a categoria bairrista – de fundo racista – de estigmatização dos naturais de Santiago chamados “badios” por oposição aos “sampadjudos” – originários das demais ilhas.

tempo em que as barracas e os edifícios governamentais estavam a cair, negligenciados e virtualmente abandonados pelo governo português (CARDOSO, 2002, p. 13).

Durante o período colonial a direção de Cabo Verde cabia aos portugueses (governadores), e mais tarde veio se criar grupos cabo-verdianos com a ousadia de se auto-representarem, ou seja, veio surgir “um conjunto de pessoas nascidas em Cabo Verde que fizeram parte de um grupo intermediário, colonial, largamente usado para preencher o quadro administrativo dos territórios que então se designavam por colônias ou províncias ultramarinas” (BATALHA, 2004 apud FURTADO, 1997).

Em relação à elite cabo-verdiana, destacam-se os estudantes. Tanto Guiné-Bissau, como Cabo Verde não possuíam universidades, portanto o acesso ao ensino superior era um privilégio obtido por um grupo escasso de jovens africanos, provenientes da pequena burguesia, que por sua situação privilegiada podiam completar os estudos no exterior, tendo a metrópole como destino na maioria dos casos (LOPEZ, C. 1987; ZIMMERMANN, 2011, p.6).

Segundo Carreira (1984), citado por José Carlos dos Anjos (2000), Cabo Verde tinha, em fins do século XIX, aproximadamente 103.000 pessoas, das quais 780 não eram “naturais” das ilhas. A maior parte desses “estrangeiros” era constituída de “brancos do reino”. Ocupavam os cargos diretivos na função pública e nas organizações comerciais. Mais de noventa por cento dessa elite administrativa (cerca de 630 dos 780 brancos de fora do arquipélago) se encontrava na ilha de Santiago. Lá eles partilhavam as posições dominantes com a elite agrária, conhecida como “brancos da terra”, proprietária da quase totalidade das terras aráveis (CARREIRA, 1984, apud ANJOS, 2000, p.182-183). Essa caracterização oficial já denota a oposição estabelecida, no fim do século passado, entre o “reino” e o “branco da terra” ou “crioulo”. A ideia de uma inferioridade imposta pelo meio ambiente que perpassa os documentos da época indica a distância social cada vez maior entre o metropolitano e essa categoria social que não sendo “nativa” também não é mais metropolitana: o “branco da terra”.

Como bem observa José Carlos dos Anjos (2000),

Essa rachadura na identidade dos “brancos” entre os “da terra” e os metropolitanos, favoreceu a emergência da identidade mestiça fortalecida pelas frustrações da elite local quanto a possibilidades de ocupar os mais altos postos administrativos da província (ANJOS, 2000, p.183).

A corrida em direção aos postos na administração colonialista reforça os investimentos de todos os grupos sociais nas estratégias escolares com, é claro, possibilidades de sucesso

para as grandes famílias que podem reverter o capital fundiário em capital cultural. Em 1878, contabilizavam-se 672 cargos estatais em todo o arquipélago, contabilizando-se cargos civis, militares, eclesiásticos e judiciais, muito concentrados em duas ilhas: Santiago e São Vicente (idem, 2000, p.185).

Numa sociedade em que os alfabetizados constituíam um grupo restrito (menos de 20%), e mais restrito ainda os que podiam escrever e se comunicar em português com fluência, ao reivindicarem o melhor conhecimento da cultura local, e a necessidade de se intermediar a colônia e a metrópole, os escolarizados cabo-verdianos se colocavam numa categoria especial de intermediários que Silverman (1965, apud ANJOS, 2000, p.185) precisa no conceito de mediador<sup>4</sup>. Melhor situados pelo domínio da cultura local, do que os agentes metropolitanos da administração colonialista, para a função de mediação, os letrados cabo-verdianos passam a reivindicar cargos públicos que pudessem ampliar sua importância no conjunto da sociedade cabo-verdiana.

Em Cabo Verde a criação do espaço de mediação exterior ao aparelho administrativo colonialista passa fundamentalmente pela escrita, onde simultaneamente os letrados demonstram seu domínio da capacidade de transitar entre os dois sistemas linguísticos, o crioulo e o português, e exercem diversas modalidades de solicitação, intercessão às autoridades coloniais. (ANJOS, 2000, p.186-87).

O que os intelectuais desse período (fim do século XIX) buscam, fundamentalmente, é consolidar a sua condição de mediadores dada pelo fato de que só eles podem intermediar junto à colonização “pelo conhecimento que têm do meio cabo-verdiano” e pelo desempenho dos códigos burocráticos e administrativos, os metropolitanos, o que os coloca em vantagem para os cargos médios em relação aos funcionários enviados de Portugal. Portanto, está em jogo a constituição do pequeno grupo de letrados da província como grupo orientado para a nação, isto é, com acesso direto à negociação com as autoridades da metrópole, o que implicaria a ocupação de cargos na administração colonial. Para se constituírem como nation-oriented groups, na acepção de Wolf (1975 apud ANJOS, 2000, p.187), no vínculo da

---

<sup>4</sup> Entre as diversas espécies de intermediação Silverman, precisa o conceito de mediação como sendo essa espécie em que um grupo de modo quase-exclusivo exerce uma articulação crucial entre o local o sistema mais amplo. “These two criteria, critical functions and exclusivity, limit the extension of the concept. Persons who provide contact between the two systems but who do not necessarily fulfil both criteria will be referred to here as ‘intermediaries’. While the terminology is clumsy, it is felt that is an important distinction which needs to be made between the broader category ‘intermediary’, and the special kind of intermediary, the mediator.” (SILVERMAN, 1965, ANJOS, 2000, p.185).

província com a metrópole era estratégico que os intelectuais cabo-verdianos ocupassem as posições formais até aí ocupadas por portugueses.

Não raro, o colonialismo português foi colocado em questão nessa disputa das elites cabo-verdianas em torno da administração pública, seja apelando-se para a constituição das províncias africanas como regiões federalizadas ao Brasil (já independente), seja vislumbrando-se a autonomia isolada ou a colonização por uma outra potência europeia que não Portugal. Nessa contestação, os intelectuais de trajetória escolar interna, que não passam pela metrópole, têm um papel fundamental. A disputa por cargos na administração colonial precisa convencer os metropolitanos de que os “nativos” desta província estão à altura desse exercício. É necessário, para tanto, elevar a província a “espaço intelectual privilegiado”. É nesse sentido que esse grupo processa o ponto de entroncamento de uma narrativa sobre província e das biografias dos mortos ilustres. Desse modo se constitui Cabo Verde como lugar de memória, cenário em que espólios de certas figuras reconhecidas na metrópole precisam ser resgatados como cabo-verdianas, mas também, que figuras desconhecidas da província precisam ser elevadas à consagração que fundamenta uma linhagem intelectual própria (ANJOS, 2000, p.188).

Para Cabral (et al, 2011), as elites herdeiras do Estado colonial tendem a se reproduzir, na etapa pós-colonial, como elites que dominam o aparelho Estatal pela monopolização dos recursos escolares que justificam a importação e manipulação de modelos institucionais de políticas públicas das ex-metrópoles (CABRAL et al, 2011, p.25).

Não obstante, a classe dirigente deste período (1975-1990) é formada por aqueles que impedem uma luta concorrencial e desigual por posições dominantes no campo político. Por campo político designa-se o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele estão inseridos, considera Furtado.

Na mesma ideia, Bourdieu, citado por Furtado, afirma que

as estruturas sociais historicamente determinadas e situadas são constituídas por campos específicos, autônomos e relacionais. Estes, por sua vez, são um produto histórico que engendra interesses específicos, fruto de condições sociais, também elas específicas, que é a condição do funcionamento destes campos (apud FURTADO,1997, p.62).

Sendo assim, o campo político, na perspectiva de Bourdieu (1989, p.37), “é um campo de lutas simbólicas, por excelência, onde encontram-se em confrontos profissionais da

representação. Isto é, aqueles que procuram, em confronto, impor uma determinada visão de mundo.

A classe dirigente associa-se, mormente, aos que exercem ou tem influência e poder sobre o sistema social, especialmente na divisão do trabalho de dominação. E a luta pela independência justificou de certo modo a legitimação da classe dirigente em Cabo Verde. A composição do governo PAIGC/CV veio integrar progressivamente novos quadros, isto devido à queda lenta de combatentes, e de certo modo porque, apesar do primeiro momento, a construção do estado deu-se especialmente pelos combatentes da luta pela libertação nacional, uma vez que estes (combatentes) eram prestigiados principalmente pelos jovens cidadãos (FURTADO, 1997, p.67).

## 2. GUINÉ- BISSAU E CABO VERDE: DE PAIGC À PAICV

### 2.1- Guiné -Bissau e Cabo Verde: o início ao fim do sonho binacional

O regime colonial privou os povos guineenses e a muitos cabo-verdianos do direito de dispor deles mesmo e de dirigir os seus próprios assuntos, como também do direito civil. Os colonialistas portugueses quase nada fizeram a favor da saúde e do ensino na Guiné-Bissau. O desenvolvimento da cultura e das línguas nacionais era proibido (P.A.I.G.C, 1974, p.113).

A colonização portuguesa foi bastante violenta. O monopólio da agricultura foi entregue a uma empresa privada, e os nativos obrigados a trabalhar na produção voltada para a exportação, com área da lavoura destinada à subsistência da população significativamente reduzida. Na década de 1950 o índice de mortalidade infantil atingia 600 óbitos para cada mil crianças nascidas, havia um número ínfimo de médicos no país e a alfabetização alcançava apenas 1 % da população. No início da década de 1960 só havia o registro de 11 guineenses em educação secundária completa (VISENTINI, 2012. p.97).

Neste contexto de miséria e de abandono, como observa Visentini (2012), Amílcar Cabral<sup>5</sup> fundou, em 1954, a Associação de Esportes e Recreação, que acabou se transformando, em 1956, no Partido Africano para a Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde (PAIGC), com o objetivo de dar uma resposta à precária situação sócio-político e econômico dos guineenses, gerada pela permanência de um regime político fundamentalmente opressivo, e que tinha se deteriorado nas últimas décadas desse processo – nascido em 1956, em Bissau, no seio de um grupo de funcionários africanos considerados “assimilados” pelo sistema colonial português –, dando consistência à vontade política de lutar contra a situação de subdesenvolvimento que existia na Guiné Portuguesa<sup>6</sup>. Essa vontade caracterizou-se na criação do Partido Africano para a Independência da Guiné e de Cabo Verde (P.A.I.G.C), em 19 de setembro de 1956 (GOMES PATRÍCIA, 2010, p.30).

No entanto, de acordo com as fontes do P.A.I.G.C, o ato de fundação do partido teve lugar em Bissau, em 19 de Setembro de 1956, no nº 16 da R. Vieira Machado, que era na altura da residência de Aristides Pereira e Fernando Fortes, tendo participado da reunião

---

<sup>5</sup> Amílcar Cabral nasceu em Bafatá, Guiné-Bissau, a 12 de Setembro de 1924 e foi morto a 23 de Janeiro de 1973. Filho de Juvenal Cabral e Iva Pinhel Évora, Cabral foi poeta, agrónomo, fundador do P.A.I.G.C (Partido Africano para a Independência de Guiné-Bissau e Cabo Verde).

<sup>6</sup> Depois elevada para Província Ultramarina da Guiné a 11 de Junho de 1951 e, finalmente, Estado da Guiné em 1972 era o nome da actual Guiné Bissau enquanto colónia portuguesa entre 1446 e 10 de Setembro de 1974.

Amílcar Cabral, Luís Cabral, Aristides Pereira, Fernando Fortes, ElyséeTurpin e Júlio Almeida (COUTINHO, 2012, p.2).

Quadro representativo dos nomes e lugares de nascimento dos fundadores do P.A.I.G.C

NOMES	LOCAL DE NASCIMENTO	PAÍS DE NASCIMENTO
Júlio Almeida	S. Vicente	Cabo Verde
Amílcar Cabral	Bafatá	Guiné- Bissau
Luís Cabral	Bissau	Guiné- Bissau
Fernando Fortes	S. Vicente	Cabo Verde
Aristides Pereira	Boavista	Cabo Verde
ElyséeTurpin	Bissau	Guiné- Bissau

*Fontes:Coutinho.*

Com a criação do Partido Africano para a Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde (P.A.I.G.C), aparece pela primeira vez na história do povo desses países uma organização de luta que se propõe não só unir por um lado o povo da Guiné e por outro lado o de Cabo Verde contra o inimigo colonialista, mais ainda unir, sob uma única direção, os dois povos em estreita e íntima ligação, como um só corpo e uma só alma. Tendo em conta as características históricas essenciais da época e a realidade objetiva na Guiné e em Cabo Verde, P.A.I.G.C fixa-se como objetivos:

1. *A liquidação da dominação colonial portuguesa;*
2. *A criação das bases indispensáveis para a construção duma vida nova para o povo da Guiné e de Cabo Verde;*
3. *A construção da paz, do bem estar e do progresso contínuo do povo da Guiné e de Cabo Verde. Este é o fato o seu objetivo supremo, no fundo a razão de ser da sua própria existência.*

Para atingir seu objetivo, o P.A.I.G.C mobilizou as massas populares de todas as camadas sociais, independentemente da classe a que pertençam. Na Guiné-Bissau e em Cabo Verde a contradição principal é aquela que opõe o colonialismo, o poder colonial, aos interesses do povo todo inteiro. Por isso, o P.A.I.G.C defende não os interesses de uma classe



em particular, mas sim os de todos os povo, na Guiné-Bissau e Cabo Verde, que sofrem a exploração e dominação coloniais (P.A.I.G.C, 1974).

O P.A.I.G.C destacou-se publicamente depois da greve de alguns operários do porto de Bissau, em 3 de Agosto de 1959<sup>7</sup>, na qual esteve profundamente implicado, conseguindo alguma implantação, nomeadamente nos “Sindicatos Nacionais” locais. Nesse dia, a resposta das autoridades portuguesas foi brutal, assassinando algumas dezenas de populares a tiros, naquele que ficou conhecido como massacre de Pindjiguiti (PINTO, apud MENDES, 2010, p. 28). No ano seguinte, a PIDE apertou o cerco ao partido com repressão, obrigando os seus dirigentes a saírem da Guiné-Bissau e procurarem refúgios de apoio para a luta armada que se aproximava, nos seus dois vizinhos francófonos, o Senegal e a Guiné-Conacri. Isto fez a guerra na Guiné-Bissau se tornar uma espécie de questão entre os dois Estados fronteiriços e os seus respectivos dirigentes, o “moderado” Leopoldo Sédar Senghor de Senegal e o “radical” Amede Sekou Touré da Guiné-Conacri (PINTO apud MENDES, 2010, p. 28).

Apesar do dia 23 de Janeiro de 1963 ficar registado na história da Guiné-Bissau como a data oficial do começo da luta armada, a primeira operação militar contra posições portuguesas foi realizada pelo MLG de Mendy. Ainda assim, como dissemos, o grande êxito do P.A.I.G.C foi o de conseguir impor-se como movimento dominante, política e militarmente, tanto a nível interno, como externo (PINTO apud MENDES, 2010, p. 28). Houve uma fase preliminar de “ações diretas”, caracterizada por atos de sabotagem e desobediência civil que coincidiu com um período de intensa mobilização política entre os camponeses do Sul do país, levada a efeito pelos quadros do P.A.I.G.C que estavam fixados ao longo da fronteira com a Guiné-Conacri.

Para Gomes Patrícia (2010, p. 37), o mais importante aspecto da luta armada na Guiné-Bissau foi, sem dúvida, o da mobilização das massas populares, sem as quais teria sido impensável concebê-la. Para permitir essa mobilização, foi preciso ter um conhecimento profundo da estrutura social guineense, a difícil tarefa que coube ao líder político Amílcar Cabral, que, em 1954, tinha realizado um recenseamento agrícola na Guiné e tinha adquirido um conhecimento profundo das características sociais do país que ele próprio percorreu quase palmo a palmo.

---

<sup>7</sup> Agentes da Polícia Secreta Português (PSP) e da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) massacram estivadores manjacos, descontentes com as condições salariais da Casa Gouveia, dirigida por António Carreira, conhecida historiador e colono. Registaram-se dezenas de vítimas, entre mortos e feridos (03/08/1959).

O P.A.I.G.C gozava de inúmeras vantagens: existiam na Guiné-Bissau alguns grupos étnicos revoltosos contra os portugueses (caso concreto dos camponeses Balantas, do Sul do país que tinham um histórico de oposição aos portugueses, sendo dos últimos grupos a ser “pacificado”, em 1915 – as últimas “campanhas de pacificação” foram contra os Felupes e Bijagós); a Guiné-Bissau faz fronteira ao Sul com a Guiné-Conacri onde residia a base do partido (MACQUEEN apud MENDES, 2010, p. 29); a própria língua crioula era a língua usada pelos guineenses e os cabo-verdianos facilitaram fortemente a comunicação entre os dois povos e dois países unidos pela luta (PEREIRA apud MENDES, 2010, p. 329); o staff do P.A.I.G.C era majoritariamente constituído por cabo-verdianos ou assimilados guineenses qualificados que tinham facilidade na racionalização das suas estratégias de luta (PINTO apud MENDES, 2010, p. 29); a sua filiação e trocas de ideias com os outros Movimentos de Libertação Nacional (PINTO apud MENDES, 2010, p. 29); “a definição da política de não-alinhado facilitou a sua margem de manobra entre as superpotências que estavam num clima de guerra fria” (CABRAL, 2008, p.47), mas, na prática, inclinava e recebia os apoios de países comunistas; a sua participação constante junto de organismos e organizações internacionais; o apoio da organização da união africana (PINTO apud MENDES, 2010, p. 29); dos anti-salazaristas (PINTO apud MENDES, 2010, p. 29); e, por último, a igreja católica e os protestantes apoiaram também (PINTO apud MENDES, 2010, p. 29).

Todas estas e outras vantagens nos ajudam a encontrar explicação para o sucesso relativo do P.A.I.G.C. durante a luta armada, face aos Angolanos e Moçambicanos (PINTO apud MENDES, 2010, p. 30). É importante ainda recordar que, no que diz respeito à dimensão étnica, os distritos do Sul e do Centro Norte da Guiné-Bissau (junto às fronteiras da Guiné-Conacri e do Senegal) estavam nas mãos dos nacionalistas do P.A.I.G.C. Só algumas etnias, como a etnia Fula, no Nordeste, se mantinham leais ao regime colonial, pois os seus instintos conservadores reagiam contra o radicalismo do P.A.I.G.C (MACQUEEN apud MENDES, 2010, p. 19). Além disso, pode-se dizer, acerca da posição ocupada por esta etnia no período antecedente à luta armada, que não era muito desfavorável, tendo o regime colonial algumas vantagens para este grupo (SILVA, 2010, p. 44).

Também não devemos esquecer que os grupos étnicos que pertenciam à sociedade vertical<sup>8</sup> (Fulas, Mandingas, Manjacos, Mancanhas, e Papéis etc.), na sua maioria,

---

<sup>8</sup> A compreensão desta sociedade é semelhante à forma como ela é aplicada nos países ocidentais. Isto é, nos grupos étnicos que fazem parte desta sociedade, há uma hierarquização da

mantiveram-se fiéis aos portugueses, ou melhor, estavam nas zonas controladas pelos portugueses, com a exceção dos Papeis, Mandingas e Biafadas, que ficaram descontentes devido à derrota sofrida contra os fulas na referida Batalha de Kansala (Mandingas, Biafadas). Por isso foram engrossar a lista de um dos grupos étnicos que fazia parte da sociedade horizontal<sup>9</sup> (Balantas, etc.) onde havia mais clima de tensões com os Portugueses. E, nas palavras de Cabral, estes últimos grupos que não tinham boas relações com os portugueses estavam mais prontos a aceitar a ideia da libertação nacional (RUDEBECK apud MENDES, 2010, p. 30).

Em 1958, Albílio Duarte, militante de primeira hora do P.A.I.G.C, segue para São Vicente, em Cabo Verde, com o propósito de iniciar a mobilização clandestina de caboverdianos e assegurar a sua adesão à luta de libertação nacional. No Mindelo, disfarçando-se de estudante,

[...] Albílio conseguiu formar à sua volta um grupo conhecido por do 3º ciclo, que promoveu várias iniciativas culturais, entre os quais a publicação de um boletim, foram mobilizados vários estudantes e trabalhadores. Quando Albílio teve de abandonar Cabo Verde, devido às perseguições que começavam a ser-lhe movidas, deixou sementes de nacionalismo em chão fértil e, mais tarde, jovens que ele mobilizara integrariam a luta armada, enquanto outros participavam na luta política clandestina em Cabo Verde (PEREIRA, 2003, p. 149-150).

Entretanto, o P.A.I.G.C teve grande dificuldade em mobilizar os mestiços caboverdianos, tanto os da colônia, ou seja, a elite da Ilha, quanto os residentes em Dakar e Conacri. Segundo Aristides Pereira (2012, apud MONTEIRA, 2013, p.71), esses caboverdianos não tinham disposição de absorver a ideia da independência. Pelo contrário, eram ferozmente contra. Sem procurar saber, iam logo dizendo “Qual história?” [...] Se bem que essa luta armada só poderia ter lugar se houvesse, de fato, acolhimento aqui em Cabo Verde (PEREIRA, 2012, apud CANDÉ MONTEIRO, 2013, p.71).

---

estrutura orgânica quase idêntica à forma da estrutura dos governos ocidentais. No topo há um chefe para toda a comunidade e abaixo dele estão subchefes, formando uma classe. Os indivíduos têm maior ou menor importância consoante à posição que ocupam na sociedade (Lopes apud Mendes, 2010, p. 30).

<sup>9</sup> O entendimento da sociedade horizontal para os guineenses, a respeito dos grupos étnicos, é diferente da forma como os ocidentais interpretam esse conceito de sociedade horizontal. Queremos com isto dizer que este conceito é definido na base de uma estrutura orgânica de três grupos étnicos (Balantas, Baiotes e Felupes). É uma sociedade em que cada um é o chefe da sua família. Isto é, não há um chefe para toda a comunidade; uma sociedade em que todos têm quase os mesmos direitos e deveres, cada um faz o que lhe apetece fazer (Kosta apud Mendes, 2010, p. 30).

Para Aristides Pereira (2012, p.68), a década de 1970 marca a chegada de uma grande leva dos cabo-verdianos vindos de Lisboa para a luta em Conacri: “uma parte desses quadros cabo-verdianos foi canalizada para a artilharia, à outra parte desses cabo-verdianos procurávamos dar-lhe o melhor destino possível, mas sempre no quadro da luta”. Já António Tomás (2008, apud MONTEIRA, 2013, p.72), afirma que

[...] eram, afinal de contas, os herdeiros do regime colonial e, por terem adquirido conhecimentos e práticas graças à posição ocupada na sociedade colonial, eram igualmente, como e sumiria Cabral, as únicas pessoas capazes de manejar certo tipo de instrumentos, como os administrativos.

Segundo Visentini (2012), centenas de cabo-verdianos participaram da ação armada na Guiné-Bissau. Em Cabo Verde, o P.A.I.G.C se concentrou na resistência clandestina contra o domínio português.

Em 1972 o P.A.I.G.C já havia libertado 2/3 do território, e assim foram realizadas as primeiras eleições livres nessa área. Foi eleita uma Assembleia Nacional Popular que, em 1973, proclamou a República Democrática, Anti-imperialista e Anticolonialista da Guiné, reconhecida, dois meses depois pela Assembleia Geral da ONU, e, no ano seguinte, por Portugal. Assim, graças ao trabalho de organização política e militar realizado por Amílcar Cabral, a Guiné-Bissau foi a primeira colônia portuguesa da África a conquistar a independência (VISENTINI, 2012. p.98).

o governo português reconheceu o estado de Guine Bissau, assim como o direito de Cabo Verde a Independência. P.A.I.G.C de orientação marxista também foi reconhecido como único legítimo representante de ambos os povos. Em 30 de junho de 1975, foi eleita uma assembleia constituinte. A lista única proposta pelo PAIGC recebeu 92% dos votos validos. Aristides Pereira foi eleito presidente de Cabo Verde e Pedro Pires assumiu como primeiro ministro. A assembleia proclamou a independência da Republica de Cabo Verde em 5 de junho de 1975 e promulgou uma lei sobre organização política do Estado (a qual funcionou como uma constituição até a aprovação desta em 5 de setembro de 1980(VISENTINI, 2012. p.77).

O discurso político da unidade Guiné e Cabo Verde estenderam-se ao texto da Proclamação da Independência de Cabo Verde ao referir que,

como os filhos de Cabo Verde que na terra livre de Guiné-Bissau contribuem, como nacionais, para a construção do país, os filhos da Guiné terão nesta terra mais uma pátria gozando dos mesmos direitos e sujeitando-se dos mesmos deveres que os cidadãos livres da República de Cabo Verde(FURTADO,1997, p.97.)

Para ficar consagrada no Art. 2º, NúmeroII, da L.O.P.E (Leda Organização Política do Estado), “o Conselho da Unidade Guiné Bissau - Cabo Verde [...] elaborará um projeto de Constituição da Associação dos dois Estados a ser submetidos às respectivas Assembleias Soberanas”. (PAIGC, 1997, p. 117)

A unidade representava a necessidade em atrelar a luta de libertação da Guiné-Bissau com as demais lutas anti-imperialistas ao redor do mundo; representava o esforço em reunir, num mesmo ideal, povos de um território marcado por uma heterogeneidade de culturas, etnias e línguas nativas; apresentava-se como discurso indispensável para a formação de uma identidade nacional forjada na luta contra a opressão e dominação colonial (DA SILVA ZIMMERMANN, 2011, p.9-10).

Depois da independência, o P.A.I.G.C governava os dois países e, assim, iniciava-se o debate sobre o estabelecimento de uma federação a partir da criação, pelas duas Assembleias Nacionais, do Conselho da União. Cabo-Verde e Guiné-Bissau constituíram-se Estados separados, mas sob orientação do P.A.I.G.C, de orientação ideológica marxista.

De acordo com Évora Roselma, (2001), apesar da relativa vantagem que o P.A.I.G.C vinha tendo sobre o exército português, a nível interno esse partido enfrentou alguns conflitos que chegaram a abalar suas bases, mas não chegaram a colocar em risco as vantagens que tinham conseguido sobre as tropas portuguesas. Para Semedo (2010), apesar de ligados historicamente pela colonização portuguesa e pela proximidade territorial, os dois países acabaram se distanciando principalmente por iniciativa guineense, uma vez que Cabo Verde, por ser apenas um conjunto de ilhas, estaria usando a Guiné-Bissau como palco físico de luta para que o projeto binacional se constituísse. Ademais, pela maior intelectualidade da elite cabo-verdiana, muitos guineenses alegaram que tal projeto se constituiria em um “neocolonialismo cabo-verdiano”, no qual a Guiné-Bissau seria subjugada pelo outro Estado. Assim, apesar do sucesso militar na constituição da unidade binacional, os erros políticos foram muitos (SEMEDO, 2010).

A origem desses conflitos pode ser identificada na altura da criação deste partido, pois, desde seu nascimento, ficou claro que havia uma mistura de ideologias entre os seus militantes de Guiné-Bissau e de Cabo Verde, também, uma falta de definição ideológica. Inicialmente o objetivo maior do P.A.I.G.C era a independência, os fundadores do partido não deram muita atenção a essas divergências, o que mais tarde vai resultar numa desintegração e no não cumprimento de alguns princípios que nortearam o seu surgimento. Existiam, entre alguns dos membros, divergências relativas ao próprio programa do partido e essas resultaram no próprio assassinato do líder-fundador do partido, Amílcar Cabral, em janeiro de 1973.

Anteriormente dissemos que o P.A.I.G.C foi criado com o objetivo de conseguir a independência da Guiné e de Cabo Verde, propondo uma unidade entre os dois países e os dois povos e foi exatamente na questão da unidade que as divergências se faziam sentir com maior peso, tanto entre os cabo-verdianos, como entre os guineenses.

Para muitos guineenses e cabo-verdianos esta não era uma questão tão simples e tão natural. Dois anos depois da criação do P.A.I.G.C, em 1956, surgiu em Cabo Verde um movimento, chamado UPICV (União dos Povos Independentes de Cabo Verde), formado por cabo-verdianos e que defendia a independência, mas era contra a ideia de unidade entre os dois países (ÉVORA, ROSELMA, 2001, p.49-50).

Como diz Furtado (1997, p.103),

[...] para a UPICV o projeto de unidade constituía uma ação forçada, tanto para Guiné quanto para Cabo Verde, uma vez que as diferenças sociais e culturais eram de tais formas significativas que, aliadas aos ressentimentos seculares dos guineenses em relação aos cabo-verdianos, inviabilizavam qualquer projeto dessa natureza. O próprio presidente da UPICV, Leitão da Graça, chega a firmar que [...] o povo da Guiné não quer essa unidade, porque os cabo-verdianos foram agentes dos portugueses no passado e no presente” (LOPES, 1996, p.127).

Nas palavras de Nikolai e Vladislav (1990), entre 1974 e 1978, na Guiné-Bissau, as despesas com a manutenção do aparelho de Estado crescente aumentaram quase duas vezes, sendo superiores aos lucros das exportações (respectivamente 992 milhões e 469 milhões de pesos). Nos aparelhos do Estado e do partido da Republica da Guiné-Bissau (RGB) começou a surgir a prática do nepotismo do elitismo pequeno-burguês, o que provocava o descontentamento dos membros de base do P.A.I.G.C. Nessa situação tensa, o governo da Republica da Guiné-Bissau representou, no início de novembro de 1980, o projeto da nova constituição. Ele, nomeadamente, legalizou o regime de poder pessoal do presidente, eliminou o cargo de primeiro-ministro e introduziu a pena de morte. A partir daí, aumentaram as perseguições contra as oposições política. Em 14 de novembro<sup>10</sup> do mesmo ano, na Guiné-Bissau, o poder passou para as mãos do Conselho da Revolução, chefiado por Nino Vieira, antigo primeiro ministro. Os acontecimentos de novembro refletiram-se diretamente nas relações guineenses-cabo-verdianos. As maiorias dos representantes da camada mulata, originários de Cabo Verde, descontentes com a perda dos seus privilégios socioeconômicos,

---

<sup>10</sup> 14 de novembro 1980, o comissário principal, Nino Vieira, chefia um golpe de estado que derruba Luis Cabral e que constitui uma desforra dos guineenses contra os cabo-verdianos que, até então, controlavam o partido único e o país.

abandonaram rapidamente o território da República da Guiné-Bissau porque temiam possíveis excessos rúnicos. Mais tarde o P.A.I.G.C dividiu-se e deu origem a dois partidos independentes: na Guiné-Bissau, ao partido com o mesmo nome, nas ilhas de Cabo Verde e ao Partido Africano para a Independência de Cabo Verde – PAICV (NIKOLAI e VLADISLAV, 1990, p.218).

Depois da derrubada do presidente Luís Cabral, na Guiné-Bissau, teve uma série de trocas de mensagem em anexo, entre o Secretário do P.A.I.G.C, Camarada Aristides Pereira (Presidente de Cabo Verde) e o Comandante de Brigada, João Bernardo Vieira (Nino), líder de golpe militar na Guiné-Bissau que ocupava cargo de primeiro ministro no governo dissolvido.

Em 1981, o P.A.I.G.C de Cabo Verde organizou um Congresso de emergência e, rompeu com o P.A.I.G.C guineense, mudando sua nomenclatura para P.A.I.C.V (Partido Africano da Independência de Cabo Verde). A Conferência Nacional erigiu-se em Congresso e proclamou a existência de um partido nacional em Cabo Verde, o qual passou a denominar-se partido Africano da Independência de Cabo Verde, que diz assumir todo o legado histórico, político e ideológico do P.A.I.G.C e o pensamento de Amílcar Cabral como guia”, adotando ainda “o Programa e os Estatutos do P.A.I.G.C em tudo o que não seja incompatível com as novas realidades”. A nova conjuntura política fez do P.A.I.C.V força política dirigente da Sociedade e do Estado em Cabo Verde.

Nesse Congresso foi eleito também Aristides Pereira para o cargo de Secretário Geral do Partido e Pedro Pires para Secretário Geral Adjunto. Determinou que os membros que integravam o Conselho Nacional de Cabo Verde do P.A.I.G.C, fossem integrados ao Conselho Nacional, até a realização do próximo Congresso, bem como José Araújo, Honório Chantre e Júlio de Carvalho, recém chegados da Guiné, na sequência do golpe de Estado. A proclamação do Partido Africano da Independência de Cabo Verde não foi de todo modo pacífico. Afirma Olívio Pires apud FERNANDES, 2007, p.95),

que “muitas pessoas exprimiram a intenção de continuar com o P.A.I.G.C. Só que isso significava fazer pacto com os golpistas, o que seria cúmulo da incongruência”. Carlos Reis recorda que houve também quem durante o encontro, tivesse defendido que o novo partido não deveria ter nada com o P.A.I.G.C, o que constituía também um corte total com o passado, até com a África, mas que essa ideia não vingou. Chegou-se à conclusão que se devia assumir o lastro histórico político do P.A.I.G.C (FERNANDES, 2007, p.95).

Segundo Fernandes (2007), a união entre os dois países de certa maneira era um processo extremamente difícil, devido à própria conjuntura estrutural e as divergências

políticas no seio do partido entre os guineenses e cabo-verdianos, divergências essas que foram notórias desde o período da libertação nacional principalmente nos finais da década de 1960. O assassinato a tiros de Amílcar Cabral, em 1973<sup>11</sup>, pelo próprio elemento integrante do P.A.I.G.C, Inocêncio Kani, comandante naval foi uma das consequências dessa união. Esse episódio foi, de certa forma, um dos marcos preponderante para o entendimento do golpe de Estado, em 1980, e o desentendimento entre a ala Cabo-Verdiana e a ala guineense. A partir deste momento a crise política entra em cena e começou a se estruturar até os anos de 1990.

Para Aristides Pereira, a questão da unidade da Guiné e de Cabo Verde tem dado lugar a muita polemica e mal-entendidos, sem nunca ter havido, ou ter-se manifestado, qualquer interesse em debater, seriamente e de maneira aprofundada, assunto de tamanha importância para os povos da Guiné e de Cabo Verde. No entanto, a própria evolução dos povos, no plano universal, parece dar a razão a Cabral e seus companheiros e pedir um debate esclarecedor sobre este elemento basilar da vitória do P.A.I.G.C sobre o colonialismo português e da independência dos dois países (PEREIRA, A. 2002).

De acordo com Rizzi (2014, p.96), Guiné - Bissau e Cabo Verde, unidos sob a liderança do P.A.I.G.C, não materializaram o desejo de Amílcar Cabral. As autoridades políticas bissau-guineenses e cabo-verdianas viram no golpe de Estado, de novembro de 1980, uma válvula de escape para se livrarem do pesado fardo da unidade.

---

<sup>11</sup> Amílcar Cabral é assassinado em Conacri por um grupo de agentes do inimigo: Inocêncio Kani, Aristides Barbosa e Momo Turé. Eram os três guineenses e membros do PAIGC. Na ocasião do crime estavam cerca de duas centenas de guineenses em Conacri e todos sabiam que estava em marcha um golpe contra a direção de Cabral e nada fizeram para o evitar, porque estavam muito insatisfeitos pelo facto de serem sempre os guineenses a combater, enquanto os cabo-verdianos ficavam em Conacri, sentados às suas secretárias (20/01/1973).



### **3- GUINÉ - BISSAU E CABO VERDE: DA INDEPENDÊNCIA À TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA.**

#### **3.1- Principais desafios da Guiné-Bissau e Cabo Verde pós a independência.**

A Revolução dos Cravos em Portugal, em Abril de 1974, que pôs fim a ditadura iniciada por Salazar, veio trazer outro fulgor à luta armada de Guiné e Cabo Verde, pois permitiu a independência das colónias.

. Como bem observa Roselma Évora (2001), Portugal foi a última potência colonial a reconhecer a independência das suas colónias na África. O processo de emancipação política dos territórios portugueses, além de terem ocorrido bem mais tarde do que nos países africanos colonizados pelos ingleses e pelos franceses, passaram por um processo de luta armada para conseguirem ser reconhecidos como países independentes e autônomos no plano político. Dos cinco países africanos dominados por Portugal – Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe – em três houve luta armada: Angola, Moçambique e Guiné Bissau, e a independência só foi possível após anos de luta. No caso de Cabo Verde em particular, apesar de não ter ocorrido luta armada, houve contestação política contra o regime colonial, e muitos cabo-verdianos acabaram por partir para a Guiné para lutar contra o regime português (ÉVORA, ROSELMA, 2001, p.44).

Com a independência, os cinco novos países africanos (Guiné-Bissau, Cabo Verde, Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe) herdaram situações complexas nos mais variados domínios sociais e econômicos. Basta ter em conta que a independência em África significou, na maioria das vezes, a entrada de milhões de indivíduos para chamada esfera pública, até então ignorados ou banidos da administração colonial que via neles apenas mão de obra barata ou fonte fornecedora de impostos. Com isso, havia, por um lado, entre outros direitos, que assegurar aos novos cidadãos os cuidados básicos de saúde, educação, abastecimento alimentar, justiça, segurança social; e, por outro, o complexo desafio de construir um Estado que fosse nacional tarefa muitas das vezes executada em conflito como o fator étnico ou em relação à autoridade tradicional.

Ao contrário de Cabo Verde, Guiné-Bissau mesmo preocupado com a situação da população mais pobre na educação e com a reconstrução do país, as instabilidades eram constantes na Guiné-Bissau e, principalmente, no partido. Com a independência devidamente reconhecida a partir de 1974, os problemas com a formação do Estado foram marcantes.

Aliás, é de se referir também que a própria luta pela independência significou, ao fim e ao cabo, um importante esforço no sentido de criar na maioria dos povos desses territórios uma ideia de unidade nacional. Por exemplo, na Guiné Bissau, Amílcar Cabral gostava de dizer que antes da luta havia fulas, manjacos, mandingas, balantas, papéis e outros povos, mas

que, com a luta, passou a haver “uma nação guineenses” (CABRAL apud LOPES, VICENTE J., 2012, p.91); em Angola o MPLA lança, com bastante sucesso, o lema “De Cabinda ao Cunene, um só povo, uma só nação”; em Moçambique, Samora Machel entendia que era preciso matar a tribo para que a nação pudesse nascer; em Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe, por serem territórios arquipélagos, o seu processo da formação de nação é anterior à luta de libertação nacional, não se colocando por isso neles, com a mesma acuidade, a problemática da definição da uma identidade nacional, que seja, ao mesmo tempo, cultural e política. Os dois arquipélagos escapam, assim, de um dos problemas mais complexos da África pós-colonial que é a formação do Estado-nação (LOPES, J., 2012, p.92).

A construção do Estado nacional na Guiné-Bissau e em Cabo Verde, o P.A.I.G.C, tem como linha de orientação o seu programa maior e os ensinamentos ou as ideias políticas de Amílcar Cabral, consignadas estas no *corpus* teórico a que os seus continuadores deram o nome de democracia nacional revolucionária, inspirada, esta, na leitura que aquele dirigente histórico fez da realidade africana, tendo como instrumento de análise o materialismo dialético (PIRES, 1983 apud LOPES, J., 2012, p.100-101).

E é assim que o III Congresso do P.A.I.G.C decide que o exercício do poder político nos dois países far-se-á no quadro da democracia revolucionaria, em que o poder, via partido, estará nas mãos do povo, conforme o enunciado pelo seu líder histórico nos célebres princípios do partido (CABRAL, 1976 apud LOPES, J., 2012, p.101). É de se notar que o P.A.I.G.C vinha já de uma experiência de Partido-Estado, conforme salienta Mario de Andrade, através da gestão das zonas libertadas nas quais teve de assumir, “cumulativamente, tarefas políticas e administrativas” (ANDRADE, 1977, apud LOPES, J., 2012, p.101).

A autonomia do Estado em relação ao partido deixava, porém, de ser “relativa” para ser “clara”, através

da proeminência da direção vertical sobre a horizontal. Quer dizer que as estruturas intermediárias e de base do Partido não devem impor-se às correspondentes estruturas estatais, dando-lhes ordens ou imiscuindo-se no seu trabalho quotidiano e corrente, nem substituir-se a elas, dispondo em matéria técnico-administrativa (PEREIRA, apud LOPES, J., 2012, p.102).

No caso cabo-verdiano, tal arranjo tem a sua tradução prática na constituição do País, aprovada em Setembro de 1980, sendo a República de Cabo Verde definida como “um Estado de democracia nacional revolucionaria” (Art. 3º), cabendo ao PAIGC o papel “fora política dirigente da sociedade e do Estado” (Art. 4º). Sucede, porém, que, ali cedo se verifica o esgotamento de tal tipo de organização política, em virtude de o mesmo não se coadunar com

as ambições ou o modo de estar e viver dos cabo-verdianos, um povo relativamente escolarizado, com uma razoável massa crítica, além disso, aberto ao exterior e disperso pelo mundo. Segundo José Vicente Lopes, o fato de a luta pela independência nacional, conduzida pelo P.A.I.G.C, ter tido a Guiné como principal palco de ação foi uma das causas para a rápida erosão e perda de sentido da legitimidade histórica em Cabo Verde, durante muito tempo o principal alicerce político e moral do regime instituído durante 15 anos da I República – 1975-1991 (LOPES, J., 2012, p.103).

Ademais, sendo inicialmente um partido binacional, o P.A.I.G.C acaba, como é sabido, por protagonizar duas realidades distantes. Na Guiné-Bissau tem-se nos primeiros cinco anos da independência um P.A.I.G.C cioso no seu papel de “vanguarda revolucionária” em África; em Cabo Verde, um partido menos espartano, pragmático e preocupado sobretudo em garantir a sobrevivência do país. As contradições geradas por esta situação de dupla personalidade, a que, mais uma vez, não estiveram alheios as diferenças e os valores culturais dos povos dos dois países, acabaram por estar entre as causas do golpe de Estado que, em novembro de 1980, destituiu Luís Cabral (LOPES, 1987 apud LOPES, J., 2012, p.103-104) e pôe termo ao projeto unitário entre os dois países. No primeiro caso, tinha-se um país multiétnico (Guiné-Bissau), acabando de sair de uma luta armada de liberdade nacional, herdeira, convém não esquecer, da tradição de resistência anticolonial, e formado nos valores de cultura islâmica e animista; e, no segundo, um país alicerçado nos valores da civilização Cristã e, por conseguinte, próximo dos valores do humanismo e da não-violência. Haja em vista que enquanto a Guiné-Bissau introduziu no seu frigorífico jurídico a pena de morte, em Cabo Verde essa possibilidade é liminarmente afastada desde o início da fundação do Estado cabo-verdiano<sup>12</sup>, que proíbe igualmente a prisão perpétua, os trabalhos forçados ou medidas de segurança privativas da liberdade de duração limitada ou indefinida (Art. 31º da Constituição).

---

<sup>12</sup> Segundo José Maria Semedo, em 1990 Cabo Verde era o único país de África que não possuía a pena de morte. “Arquipélago do Sahel”, in Descoberta das ilhas de Cabo Verde, Arquivo Histórico Nacional.

### 3.2- Processo de formação Estado-nação na Guiné-Bissau

Para Monteiro (2013), o conceito de nação idealizada por Amílcar Cabral (1974) foi determinante na engenharia social do povo bissau-guineense, ao pretender uniformizar os interesses étnicos em interesses coletivos, gravitando numa nova identidade unificada, que transmite aos sujeitos o significado homogêneo de representação de seus interesses através de discurso de construção da nação. Outro ssim, a concepção da nação em Amílcar Cabral estava associada à questão da libertação, do nascimento do “homem novo”, de uma nova cultura nacional, uma consciência de pertencer a uma comunidade ligada a um território, para a sua afirmação na luta de libertação. Nesse sentido, afirma Cabral (1974 apud MONTEIRO 2013) que:

É através da luta que estamos forjando a nossa Nação Africana, que como sabem não estava bem definido, com todos os problemas de grupos étnicos, com todas as divisões criadas pelo próprio colonialista, por exemplo, indígenas e assimilados, gente dos campos, etc., etc. Estamos forjando a nossa Nação Africana que é cada dia mais consciente de si mesma (CABRAL, 1974 apud MONTEIRO 2013, p.33).

A luta de libertação nacional na Guiné-Bissau foi um dos mais longos conflitos políticos armados na Costa Ocidental da África, fazendo desse país a primeira colônia portuguesa na África a conquistar a sua independência, proclamada em 24 de setembro de 1973, sendo reconhecido mais tarde pelo governo português apenas em 24 de Setembro de 1974. Durante o processo de independência pela libertação da nação guineense, a camada revolucionária era composta por elites políticas, grupos étnicos e religiosos dentre os quais: Balantas, manjacos, papéis, fulas, mandingas, bijagos, nalus, mancanhes, felupes, oincas, beafadas, etc. A grande maioria desses grupos etnoculturais era composta por camponeses, agricultores, pescadores, operários, artesãos, marinheiros, mobilizados pelo P.A.I.G.C (Partido Africano Pela Independência da Guiné e Cabo Verde) liderado por Amílcar Cabral. De qualquer forma a questão étnica era o ponto principal e preocupante no seio do partido. As raízes culturais desses grupos étnicos eram particulares e diferentes entre si, o que constituiu uma tarefa difícil para mobilizar e organizar um movimento a nível nacional (DJAU, 2011, p.1).

A estratégia usada pelo P.A.I.G.C foi incorporá-los com objetivo comum de lutar pela pátria, expulsar os colonizadores portugueses e declarar a independência total. Por isso foram enviados para cada região da Guiné-Bissau revolucionários do mesmo grupo étnico, religioso e linguístico, capazes de conviver, compreender, assim como respeitar os laços de parentesco

e da solidariedade dentro do grupo, procedendo assim para que houvesse um movimento a nível nacional (HERNANDEZ, 2008, apud DJAU, 2011, p.2).

O modelo francês de nação que enfatiza os aspectos políticos, institucionais e territoriais, mais do que a exigência de unidade de ascendência, acabou sendo melhor compatível com a multiplicidade étnica e cultural que caracteriza os territórios arbitrariamente recortados pela colonização europeia, sobretudo em África (ANJOS, 2000, p.178).

Monteiro (2013) trouxe um aspecto relevante a ser considerado na análise da nação e na construção da identidade nacional, que é o fato de que percepção simbólica na construção da identidade nacional não é universal; ela muda de acordo com as especificidades de cada sociedade. Assim sendo, ao mesmo tempo em que a nação se configura no discurso homogeneizador, é também diferenciador, representado através de ideologias nacionais. A nação produz e reproduz ideias, construtos e lutas políticas. Ao assinalar a relação entre poder político e democracia na Guiné-Bissau, trouxe consigo uma série de desafios para o Estado-nação, no tocante às formas de conciliar interesses coletivos (nação) e grupais (partidos políticos), pois os interesses individuais têm moldado a configuração da nação bissau-guineense através da disputa pelo poder político (CANDÉ MONTEIRO, 2013, p.37).

Para a autora, a dinâmica de formação do Estado nação na Guiné-Bissau requer a compreensão do processo complexo de transformação política, social, cultural e econômica que impactou durante décadas o país, tendo por marco os anos de 1959 a 1994. Entretanto, para melhor entender essa complexa trajetória, seria interessante atentar para as características históricas que impulsionaram o processo desta formação.

Para concluir, podemos perceber que a questão de formação de Estado-nação guineense é o fruto da luta para a libertação nacional do colonialismo português. A ideia da consciência nacional do povo guineense, baseada numa tradição heterogênea, ainda representa um desafio para o Estado, sobretudo na abertura democrática, isto é, de que a maioria dos partidos políticos guineenses, na busca do voto para chegar ao poder, pregam o discurso tribal.

### **3. 3- Processo de formação de Estado-nação em Cabo-Verde**

A conquista da independência e a criação do Estado soberano de Cabo Verde estavam consagradas no programa do Partido e representou um acontecimento de transcendente importância para a história da nação cabo-verdiana. A partir de 5 de Julho de 1975, Cabo Verde emergiu-se como nação soberana, pois a independência permitiu que passasse a

membro de pleno direito da comunidade internacional. Iniciou-se uma nova fase da construção da nação e edificação do Estado pós-colonial, guiado pelo pensamento de Amílcar Cabral, fundador do partido da independência. O Estado assumiu o compromisso de promover a organização econômica do país recentemente independente, e de criar as bases materiais para a participação no progresso da ciência e da técnica, assim como defender a soberania nacional e a integridade do território. A independência foi uma conquista não só para as populações confinadas ao exíguo espaço da insularidade, mas também para toda a diáspora cabo-verdiana (NASCIMENTO, 2004, p.4).

Colonizadas por Portugal desde 1460, as ilhas foram povoadas por diversas etnias da parte da costa africana, então conhecida como Guiné. A violência física e simbólica, que destruiu grande parte da memória étnica dos escravizados tem sido lida pelos intelectuais cabo-verdianos como “fusão cultural de europeus e africanos”. Essa “fusão cultural” numa mestiçagem geral é percebida por uma parte da intelectualidade cabo-verdiana como positiva, no sentido de que se teria constituído uma unidade nacional antes da implantação de um Estado nacional (ANJOS, 200, p.178). Sob esse prisma, parte da elite cabo-verdiana ostenta, com orgulho, o seu avanço em direção à modernidade, se comparado com as demais nações africanas. Sua “fragilidade, em termos de raízes culturais de longa profundidade histórica” (DUARTE, 1994 apud ANJOS, 200, p.178), é compensada por uma suposta unidade cultural e racial.

O processo de colonização do arquipélago destruiu a memória da diversidade étnica de origem dos escravizados e possibilitou o surgimento de uma formação social crioula dotada de outras diversidades culturais que não se conformam em quadros de divisões étnicas. A esse respeito, as elites intelectuais e políticas cabo-verdianas em determinadas ocasiões desenvolvem um discurso de projeção de uma homogeneidade cultural imaginada como nação precedente ao Estado; em contextos diversos de disputas de representação convenientes, a mesma elite política, pelo contrário, projeta imagens de clivagens culturais regionais profundas. Com uma população de 491.575 habitantes, segundo o censo de 2010, Cabo Verde se constitui por um conjunto de nove ilhas habitadas, conformada por uma imensa riqueza e diversidade sociocultural interna às ilhas e entre as ilhas. A manipulação de imaginários de clivagens regionais antagonistas por parte de elites políticas não tem sido bem-sucedida no apelo a adesões populares. O discurso regionalista em Cabo Verde constitui-se, não como o resultado de lutas por reconhecimento, mas sim como uma débil estratégia de lideranças políticas enfraquecidas no campo da disputa eleitoral (CABRAL et al, 2011, p.21).

[...] O Estado de Cabo Verde nasce (1975) com a incógnita herança Cabralista de unidade com a Guiné-Bissau, fato que durou apenas seis anos, pois em 1981, Nino Vieira dá um Golpe de Estado com forte legitimidade nacionalista guineense, sem, entretanto mudar o nome do partido no poder (P.A.I.G.C) Verificou-se a Transferência dos dirigentes de origem cabo-verdiana para o arquipélago e o arrefecimento das relações de amizade e diplomáticas entre os dirigentes dos dois territórios (DA GRAÇA, 2007, p.235-236).

Por um lado, a diversidade sociocultural das ilhas, as diferenças não se organizam em fronteiras contrativas que levem a situações de fricção étnico-raciais. Por outro, as Eleições e a Gestão da Diversidade em África, Cabo Verde 2011, em que a colonização legou ao período pós-colonial uma elite político-administrativa homogênea em termos culturas e com extração nas diversas regiões do país em que se distingue pela escolarização da massa, distante do controle do aparelho do Estado. Sobre uma sociedade sem clivagens étnico-raciais a elite político-administrativa pós-colonial se apresenta como representativa do conjunto das regiões do país (CABRAL et al, 2011, p.21-22).

O debate sobre o papel do partido na condução do Estado torna-se segundo José Lopes Vicente (2012), assunto de permanente discussão durante a I República. Esse debate acontece tanto em nível do PAICG/CV, como da sociedade geral, havendo quem defendesse um certo distanciamento do partido da esfera administrativa, cabendo-lhe, fundamentalmente, um papel de influenciador político e moral dos cidadãos (LOPES, J., 2012, p.110).

Concordando com a observação de José Vicente Lopes (2012, p.110-111), como atrás se proferiu, por contingências da sua própria formação nacional, tornou-se lugar comum dizer que antes de ser Estado Cabo Verde já era uma nação e, como tal, a independência não mais foi do que a oportunidade dessa nação se realizar na plenitude dos seus anseios e desejos. País arquipélago, com uma população culturalmente homogenia, Cabo Verde nunca se sentiu seriamente ameaçado pelo exterior, nem tampouco sentiu a necessidade de gastar as suas energias a fomentar seus cidadãos a ideia de que integravam uma única e mesma nação. Dono de uma indelével identidade nacional, Cabo Verde pôde, nos 15 anos de partido único (P.A.I.G.C/C.V), concentrar e canalizar as suas energias na construção e viabilização econômica do país. E, o fato de ter queimado esta importante etapa na vida de qualquer país e povo, que é a formação da nação, permitiu também aos cabo-verdianos que a transição do sistema de partido único para a democracia representativa tenha ocorrido relativamente mais cedo que noutros lugares de África e, sobretudo, sem os dramas que se sabe.

### **3.4- P.A.I.G.C como partido único na Guiné-Bissau e Cabo Verde**

Com a queda de Salazar em 25 de abril de 1974, abreviou a Independência de Guiné-Bissau e de Cabo Verde. No dia 26 de Agosto de 1974, em Londres e depois em Argel, o governo português reconhece o Estado da Guiné-Bissau, assim como o direito de Cabo Verde à Independência. O P.A.I.G.C é também reconhecido como o único e legítimo representante dos povos da Guiné-Bissau e de Cabo Verde.

Segundo Capoco (2012 apud SOUSA Jr., 2013, p.22-23), é inegável afirmar que os novos Estados africanos independentes não conseguiram de imediato adotar o regime democrático que foi afinal de contas o seu objetivo durante a luta anticolonial. Os líderes políticos adotaram o sistema de partido único, ou seja, alguns dos novos governos não possuíam a legitimidade democrática. Tal comportamento, segundo autor, poderá ser explicado pelo facto dos líderes políticos terem desenvolvido uma ação essencialmente baseada na revolução e na guerrilha contra a descolonização.

Os partidos únicos africanos tinham como base de apoio a quase totalidade da população. As ações que desenvolviam assumiam riscos vários ao afrontarem o poder colonial. Contudo, a capacidade que tiveram para conduzir os países até à independência fez com que granjeassem ainda mais respeito pela população. Esse reconhecimento convertia-se em adesões ao partido. Estas adesões eram feitas mesmo por aqueles que anteriormente tinham assumido posições políticas distintas do Partido. Em Guiné-Bissau, em particular, foi desenvolvido um novo método de educação do “Homem Novo” que assumia o propósito de se constituir como uma visão da “infraestrutura” social, como princípio e, logo, foi natural que os movimentos de libertação tivessem optado por uma via autoritária que resultava, por um lado, da ideologia de sistema de partido único, afastando do seu caminho quaisquer forças que se lhes opusessem, mesmo que fosse por intermédio de atentados à liberdade individual, nomeadamente com recurso a conspirações ou prisões políticas, sem processos ou com processos secretos.

Depois da independência em Cabo Verde é constituído um Governo de transição, composto por cabo-verdianos e portugueses. Em 30 de Junho de 1975, foi eleita uma Assembleia Constituinte, composta por 56 deputados e 72 suplentes, com a participação de 84% dos eleitores. A lista única proposta pelo P.A.I.G.C recebeu 92% dos sufrágios expressos.

De acordo com Harman (2014), como muitos outros países africanos, a Guiné-Bissau iniciou a era pós-independência com um regime não democrático, conduzido pelo movimento



de libertação que se transforma na entidade dirigente de toda a sociedade. Como era ilustrado no art. 4º da Constituição da Guiné-Bissau, que estabelecia o P.A.I.G.C como a ‘força dirigente da Sociedade e do Estado’. Um regime de partido único com uma forte orientação nacionalista, socialista e com um forte legado militar.

De 1974 a 1980 o P.A.I.G.C governou a Guiné-Bissau e o país vizinho de Cabo Verde, mantendo a prática de luta conjunta pela independência. Aristides Pereira, Presidente de Cabo Verde, era também presidente do partido que governava a Guiné-Bissau. Esta situação termina abruptamente com o golpe de estado conduzido por João Bernardo (Nino) Vieira, o qual destituiu o presidente Luís Cabral. Com o estabelecimento do seu governo sobre todo o país, o P.A.I.G.C começou a reconstruir a economia nacional e resolver uma série de outros problemas herdados do período colonial. A agricultura foi diversificada, realizou-se reforma agrária, nacionalizou-se o comércio exterior, adotou-se um modelo socializante e estabeleceu-se uma maciça campanha de alfabetização (VISENTINI, 2012). Na política externa, o governo passou a apoiar incondicionalmente a luta contra o apartheid<sup>13</sup> e pelo fim do colonialismo, além de optar pelo não-alinhamento. A tarefa prioritária, à época, era a integração econômica com o arquipélago de Cabo Verde, visando uma fusão dos Estados.

Como observa Rizzi (2014) os primeiros anos de independência cabo-verdiana e bissau-guineense foram marcados pela possibilidade (e as tensões daí surgidas) da concretização da ideia de Amílcar Cabral relacionada à Unidade Guiné-Bissau - Cabo Verde. Apenas a partir do rompimento político, ocorrido em 1980, pode-se analisar separadamente cada Estado, pois os direcionamentos políticos e econômicos de cada um seguiram rumos distintos, com consequência para a institucionalização dos Estados cabo-verdiano e bissau-guineense e, ainda, para as respectivas ações da política externa brasileira (RIZZI, 2014, p.93).

### **3.5- Guiné - Bissau depois da independência**

A história da Guiné – Bissau, depois da independência, é marcada por uma considerável turbulência política e militar que acabou resultando nos sucessivos golpes de Estado e várias outras

---

<sup>13</sup> O termo apartheid se refere a uma política racial implantada na África do Sul. De acordo com esse regime, a minoria branca, os únicos com direito a voto, detinha todo poder político e econômico no país, enquanto à imensa maioria negra restava a obrigação de obedecer rigorosamente à legislação separatista.

tentativas fracassadas, tanto no regime de autoritarismo, quanto após a abertura política democrática - que se deu no início da década de 1990.

Nos primeiros tempos, depois da independência na Guiné-Bissau, a “comunidade” mulata avançou automaticamente para o escalão superior do poder estatal Nikolai e Vladislav (1990). Segundo autores,

Isto deveu-se à grande falta de pessoal técnico e de funcionários qualificados. A ala reacionária da intelectualidade pequeno-burguesa, que constitui o germe da burguesia burocrática, era conservadora, gostava de luxo, curvava-se perante cultura ocidental. A protelação administrativa era uma forma difundida de sabotagem. Muitas diretivas importantes dos órgãos centrais não chegavam praticamente às massas (NIKOLAI e VLADISLAV, 1990, p.218).

Guiné-Bissau, depois da independência, preocupado com a situação da herança colonial e com a reconstrução do país, as instabilidades eram constantes no país e principalmente no partido. Os problemas com a formação do Estado foram marcantes. Portugal se retirou sem dar chance para a formação estável de um país independente. A escassez de pessoas capacitadas para fazer funcionar a máquina pública era um problema notável (SEMEDO, 2010).

Podemos entender melhor essa situação de Guiné-Bissau na observação de Nikolai e Vladislav (1990), segundo eles, a Guiné- Bissau, depois da separação com Cabo Verde, obteve, do Conselho da Revolução de seu país, uma declaração sobre continuar fiel à doutrina e à linha política de Amílcar Cabral, como também de emendar os erros e os abusos anteriormente cometidos. Foram introduzidas algumas correções na estratégia econômica. A construção de objetos industriais caros foi “congelada”; a atividade do capital privado foi impulsionada, por exemplo, na esfera do comércio a retalho e fronteiro, bem como nas operações de exportação e importação. Não obstante, as consequências da anterior gestão administravam se fazem sentir ainda hoje. No início de 1987, as autoridades guineenses pediram à comunidade Internacional uma ajuda extraordinária no valor de 50 milhões de dólares. Só para pagar os juros, a Guiné-Bissau é obrigada a gastar anualmente 10 milhões dólares, o que se reflete obrigatoriamente na sua dependência em relação aos credores ocidentais. Em abril de 1987, seguindo as recomendações de Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e Fundo Monetário Internacional (FMI), o governo de Nino Vieira foi obrigado a desvalorizar o peso em 59% (um dólar americano é = 650 pesos guineenses). As exportações só cobrem as importações em 25%. Embora aumente a ritmos

menores, a dívida externa continua a ser superior a 290 milhões de dólares (NIKOLAI e VLADISLAV, 1990, p.219).

Ainda de acordo com Nikolai e Vladislav (1990), as dificuldades econômicas objetivas são agravadas em grande parte pela tensão sócio-política existente, o que foi bem patente nos acontecimentos de novembro de 1985. Nos meios militares, o núcleo de conspiradores concentrou-se em torno do coronel T. Correia. Os seus adeptos exigiam o “renascimento político” dos Balantas (Povo que suportou o fardo mais pesado durante a guerra, mas que, segundo eles, tinha sido injustamente afastado para o segundo plano depois da independência). Os círculos dos conspiradores incluía chefes da polícia, comandantes de algumas unidades militares, nomeadamente da unidade motorizada “14 de novembro”. Segundo seus planos, o sinal para o início de levantamento devia ser a explosão na tribuna em que o presidente iria discursar, em 14 de novembro de 1985 (um ano depois de golpe que derrubou Luís Cabral). Os chefes do conluio foram detidos uma semana antes dessa data. Depois de mais de meio ano de instrução prévia (60 acusados), os 6 conspiradores principais (Paulo Correia, Viriato Pã, Braima Bangurá, Biankeré Na Tchanda, Pedro Ramos e N’bana Sambu) foram condenados à pena capital. Mas a luta não terminou aí. Alguns dos correligionários de Correia conseguiram emigrar e criar o movimento separatista “Bafata”, em Lisboa. A agudização da luta funcionalista e as manobras da reação interna e externa exigiam a consolidação posterior da estrutura dos movimentos libertadores, a sua gradual transformação em partidos políticos. Isto é uma tarefa extremamente difícil, particularmente quando a base social é peculiar, quando existem o atraso e a pobreza herdados do passado colonial, quando se conserva a dependência econômica em relação ao mundo capitalista (NIKOLAI e VLADISLAV, 1990, p.220).

Como bem sustenta Cardoso (1995), a primeira grande crise do P.A.I.G.C e do poder na era da liberalização, data de Outubro de 1986<sup>14</sup>, altura em que, na sequência de uma alegada tentativa de golpe de Estado, cujas circunstâncias ainda estão por esclarecer, foram condenados à morte altos dirigentes e militantes do Partido, nomeadamente Paulo Correia, então primeiro vice-presidente do Conselho de Estado, uma das figuras mais brilhantes do

---

<sup>14</sup> Um grupo de balantas, liderados por Paulo Correia, conspiram para derrubar Nino Vieira. São presos, julgados sumariamente e executados. Paulo Correia, herói de Conacri, ex-vice-Presidente, teriam sido arrancados os olhos, antes de ser fuzilado. Além de Paulo Correia, foram fuzilados Viriato Pã, Braima Bangurá, Biankeré Na Tchanda, Pedro Ramos e N’bana Sambu (12/06/1986). Este episódio sangrento marca o princípio do declínio de Nino Vieira, pois ele deixou de contar com o apoio dos balantas, que constituem a maior e mais combativa etnia da Guiné e aquela que tem mais elementos integrados nas forças armadas (Campos, 2012).

P.A.I.G.C na altura, e Viriato Pã, para além de outros antigos militantes do partido. A popularidade crescente desta figura muito mais do que uma suposta guerra pelo poder,

Escondia uma contradição latente entre os que eram a favor de um liberalismo selvagem, com todas as vicissitudes a ele inerentes (corrupção, nepotismo, desarticulação institucional, etc.) e os que defendiam a conservação dos princípios que nortearam a luta pela independência, a saber, a construção de uma economia independente, a realização da justiça social e a elevação do nível de vida das camadas mais desfavorecidas. Os acontecimentos de Outubro abalaram profundamente a imagem do PAIGC não só no plano externo, como também, e fundamentalmente, no plano interno (CARDOSO, 1995, p. 269).

O Programa de ajustamento estrutural que começou a ser aplicado em 1987 vem assim reforçar a via de desenvolvimento liberal que o governo, muito timidamente, começara a trilhar em 1983, e que, a partir de então, decide adotar definitivamente, abandonando assim os objetivos programáticos que inspiraram a luta pela independência e os primeiros anos da construção nacional. Como o Programa de estabilização econômica e financeira não tinha produzido os efeitos esperados, a adopção do Programa de ajustamento estrutural apresentou-se ao governo como a tábua de salvação. Numa primeira fase, os objetivos principais deste Programa consistiam em corrigir os desequilíbrios financeiros e em superar os obstáculos estruturais ao crescimento. Esta nova orientação traduziu-se concretamente numa liberalização dos preços, numa desvalorização massiva do peso e na adopção de um sistema de câmbio flutuante. Em Maio de 1987 foi concluído um primeiro crédito de ajustamento estrutural com o Banco mundial, e, em Outubro do mesmo ano, uma facilidade de ajustamento estrutural com o Fundo monetário Internacional. A partir desta data, o Programa de Ajustamento prossegue a um ritmo às vezes um pouco caótico (CARDOSO, 1995, p. 262). Se os sectores produtivos reagiram muito favoravelmente às medidas de liberalização, as políticas financeiras, monetárias e estruturais desviaram-se muito frequentemente dos objetivos fixados, o que se traduziu em taxas de inflação elevadas e nas novas acumulações de atrasados em relação ao exterior.

### **3.6- Cabo Verde depois da independência**

Com a independência política em 1975, havia profundas preocupações com a viabilidade econômica de Cabo Verde. Um país sem recursos naturais, com uma enorme carência de infraestruturas e capital humano, um PIB real per capita, em 1975, de US\$190, distante do de outros países. Sua viabilização econômica tem sido impulsionada do exterior,

através das remessas de divisas de emigrantes e ajuda pública ao desenvolvimento. A independência, em 1975, representou a oportunidade de romper com o ciclo de subdesenvolvimento e pobreza existente e caminhar rumo ao desenvolvimento (JÚNIOR, 2007 apud MENDES, 2010, p.51).

A facção da elite que empreendeu a guerra de libertação nacional na Guiné-Bissau monopolizou os mais elevados cargos políticos do país entre 1975 e 1990. Como fundador do Estado de Cabo Verde, o P.A.I.G.C assumiu a opção de governar sob um regime de partido único. A legitimidade da opção ficou em larga medida justificada pela conjuntura internacional que estimulava que os movimentos nacionalistas hegemônicos assumissem o governo dos países recém-independentes (CORREIA e SILVA, 1997 apud CABRAL et al, 2011, 25). A desmontagem negociada do P.A.I.G.C diante da ONU (Organização das Nações Unidas) e da OUA (Organização dos Estados Africanos) consolidaram o esmagamento dos partidos concorrentes e a instalação exclusiva do P.A.I.G.C no governo do arquipélago durante quinze anos. A monopolização do controle sobre as estruturas administrativas herdadas do regime colonial e que afasta as forças concorrentes, basicamente a pequena burguesia que permanecera nas ilhas durante o processo de descolonização, foi consolidada na Constituição Política de Setembro de 1980, que consagrou a democracia nacional revolucionária. A legitimação do regime ficou assente sobre os princípios da soberania popular e unidade nacional entre todas as categorias e classes sociais.

Segundo Rizzi (2014),

O mercado interno de Cabo Verde dependia profundamente das importações, principalmente de alimentos, fato que explica o baixo nível de nutrição da maioria da população, também ligado ao acesso limitado à água potável. Aproximadamente 72% da população economicamente ativa estava desempregado em 1975 (RIZZI, 2014, P.94).

Os instrumentos usados (pelo governo cabo-verdiano) foram sucessivos programas de governos e planos nacionais de desenvolvimento. O principal objetivo para um desenvolvimento humano sustentável era desenvolver a sociedade como um todo e não apenas a economia [...] esta política de desenvolvimento combinou uma forte preocupação com o meio ambiente (precária em Cabo Verde), com crescimento econômico e para os problemas humanos e sociais que afetam a população como um todo (ANDRADE, apud RIZZI, 2014, P.94).

Cabo Verde independente, o Executivo baseou suas ações na chamada Lei de Organização do Estado, que dava as prerrogativas do Estado, bem como

suas obrigações legais. Apenas em setembro de 1980, a primeira Constituição do Estado cabo-verdiano foi aprovada pela Assembleia Nacional, dois meses antes do Golpe de Estado na Guiné-Bissau (RIZZI, 2014, p.94).

Nos anos 80, com abandono do projeto de união orgânica entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde, verifica-se o aprofundamento do esforço do P.A.I.C.V (Partido Africano para a Independência de Cabo Verde), no sentido da constituição de um Estado de Direito nos limites de um regime autoritário. A preocupação com a defesa dos direitos dos homens consignados na Declaração Universal dos Direitos do Homem, associada à filosofia participativa do regime, criou um ambiente de legitimação do partido no poder que permitiu uma consistente incorporação do grande número de quadros técnicos formados em universidades estrangeiras (CABRAL et al, 2011, 25).

Segundo Visentini (2012, p.36), em 1981, o P.A.I.G.C de Cabo-Verde organizou um congresso de emergência e, retomando os princípios defendidos por Amílcar Cabral, rompeu com o P.A.I.G.C guineense, mudando sua nomenclatura para P.A.I.C.V (Partido Africano da Independência de Cabo-Verde). Com um regime único de orientação socialista, O P.A.I.C.V iniciou uma série de reformas para o desenvolvimento cabo-verdiano, incluindo a reforma agrária e o combate à desertificação, bases dos planos plurianuais de desenvolvimento.

De 1982/1985 foi implementado o I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), cujo objetivo fundamental era a criação de bases para o estabelecimento de infraestruturas e industrialização do país, criação do emprego e redução da pobreza, criação de um forte setor empresarial estatal, com aposta nos setores agrícolas, de serviços sociais e de infraestruturas básicas; no entanto, apesar de os resultados dos programas implementados dependerem muito das condições externas, eles foram positivos (ROCHA, 2008, apud MENDES, 2010, p.52).

O 2º Plano de desenvolvimento (1986 – 1990) redefiniu-se com a priorização dos setores vitais da economia, como a pesca, turismo e serviços. Em setembro de 1990, com a alteração da Constituição, foi adotado o multipartidarismo. Em fevereiro do ano seguinte, o candidato Antônio Mascarenhas Monteiro, do partido oposicionista de Movimento para a Democracia (MPD), criado no mesmo ano, venceu o pleito presidencial. O MPD introduziu uma série de reformas administrativas, transferindo competências nas áreas de recursos humanos, matérias e fiscais, além da supervisão dos serviços públicos. O 3º Plano de desenvolvimento (1992 – 1995) buscou liberalizar a economia, com a privatização de empresas públicas e redução do déficit orçamentário em relação ao PIB do país (VISENTINI, 2012, p.36).

O modelo de economia que vigorou desde a independência até 1990 refletia uma visão estatizante da economia baseada na ajuda pública ao desenvolvimento, na remessas de divisas de emigrantes e na abertura ao investimento estrangeiro (LÓPEZ, 2002 apud MENDES 2010). Para Rocha (2008, apud MENDES, 2010, p.52), cabia ao Estado o monopólio da atividade econômica e a função de organizar a economia, conceber e programar o modelo de desenvolvimento, criar infraestruturas e mobilizar recursos, impossibilitando, assim, uma ação mais ativa da iniciativa privada. Assim se explica porque os primeiros anos pós-independência caracterizaram-se pelo intenso esforço diplomático na tentativa de se conseguir recursos externos, visto que, nesse período, a ajuda pública constituía o fator fundamental de desenvolvimento.

Assim, como bem observa José Vicente Lopes (2012), ao contrário de Guiné-Bissau, a independência em Cabo Verde não significou uma ruptura radical no tecido ou sistema econômica do país, já que, apesar do predomínio do Estado, a iniciativa privada, constituída predominantemente por pequenos comerciantes e agricultores, continuou a exercer as suas atividades e a desenvolver-se do mesmo modo que nas suas relações externas; a Cidade da Praia procurou relacionar-se tanto com o Ocidente capitalista, como com o mundo comunista. Internamente, o regime cabo-verdiano vive uma outra dupla realidade, em que o discurso ideológico nem sempre coincidia com a sua prática quotidiana. A propósito desta situação contraditória, Pedro Pires (apud LOPES, 2012, p.107) caracteriza, deste modo, os 15 anos da sua administração. (apud LOPES, 2012, p.107). Mas, mais importante que isso, há que ter em devida conta nesse processo a dinâmica interna da sociedade cabo-verdiana, como atrás foi dito, vocacionalmente aberta ao mundo, detentora de um razoável nível de escolarização e, portanto, permeável de certos valores ocidentais, um dos quais a liberdade individual e de movimentação.

### **3.7- Transição democrática na Guiné-Bissau**

A “transitologia” surgiu na década de 1980, concentrando-se no estudo dos regimes democráticos eleitorais que foram implantados em alguns países que se democratizaram a partir da segunda metade daquela década, como os países do leste europeus latino-americanos e, e início dos anos 1990, como os da África.

Nos finais da década de 80, a Guiné-Bissau continuava a figurar no grupo dos países mais pobres do mundo, fruto da política e dos planos econômicos desajustados, implementados pós a independência por um regime autoritário de partido único. Por isso, a Guiné-Bissau não fugiu à regra de vários países

africanos que, extremamente dependentes do exterior, foram obrigados a, como única alternativa, recorrer à parceria com organizações financeiras internacionais, nomeadamente o FMI e o Banco Mundial, aplicado programas de estabilização e ajustamentos estruturais, visando dessa forma equilibrar o défice económico-financeiro. Com efeito, a partir do início dos anos 90 iniciou-se um processo político que, visando a democratização do país, se convencionou em denominar como "processo de transição democrática. (AMADO, LEOPOLDO, s/d, PP.109, p.135).

Em 1991, a Guiné-Bissau tornou-se uma democracia multipartidária de fato devido a pressões internas e externas desde a última votação para presidente. Para Santos (1996 apud TEIXEIRA, 2008, p.14), a transição política na Guiné-Bissau, não foi um sucesso, pois sabemos que a mesma se deu num quadro de baixo grau de institucionalização que não permitiu a democratização do país, e muito menos propiciou condições para que houvesse independência dos três poderes institucionais: Executivo, Legislativo e Judiciário.

Segundo Cordeiro (s/n, p.46), o processo de democratização da Guiné-Bissau aconteceu de forma constrangida e precipitada, porque não teve planeamentos que fossem capazes de moldar a relação civil-militar e evitar problemas que causam no momento vários conflitos armados, tensões políticas e sociais em pleno processo democrático. O fim da colonização, em 1973, marca o início da independência da Guiné-Bissau conquistada após dez anos da luta armada liderada por Amílcar Cabral, fundador do Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (P.A.I.G.C). Também constitui o início de uma nova etapa da repressão do regime autoritário que se deu aproximadamente em duas décadas: de 1973 a um novo período da abertura política democrática, em 1990, que pressupõe um espaço à democracia formal na Guiné-Bissau e a realização das primeiras eleições presidencial e legislativa, em 1994. Para autor, a transição do regime autoritário para a democracia na Guiné-Bissau, a partir do início da década supracitada, não conseguiu enfrentar os principais desafios do processo democrático e das suas regras do jogo: respeito aos direitos humanos, desenvolvimento humano, crescimento económico, segurança pública, etc. Isso nos leva a classificá-la como uma "transição incompleta". A razão disso tem relação com a vulnerabilidade das instituições políticas e falta de capacidade do governo em controlar as Forças Armadas, o que resultou nos sucessivos golpes de estado, quedas dos presidentes e de governos eleitos democraticamente (CORDEIRO s/d, p.46).



### 3.8- Força armada e apolítica na Guiné-Bissau

As Forças Armadas guineenses surgiram através da formação do P.A.I.G.C, em 1956, como forma de combater a colonização, permitindo direito à liberdade política, econômica e cultural ao povo da Guiné-Bissau e Cabo Verde. Desde então, a relação civil-militar na Guiné Bissau está enraizada na luta pela independência deste país, tendo como objetivo derrubar o poderio militar português e permitir uma vida básica e condigna para toda a população, principalmente a do campo, considerada motor principal para a independência do país, uma vez que a vitória da luta armada foi alcançada graças ao desempenho e apoio total da população camponesa.

[...] Na Guiné-Bissau, a autonomia dos militares com relação ao poder civil eleito é muito presente em todas as instâncias do governo, pois o poder militar neutraliza qualquer possibilidade de estabelecer o controle civil sobre eles. De 1994, até realização da quinta eleições multipartidárias em 2012, o país viveu vários levantamentos militares dos quais quatro são golpes de Estados (1998-2012). Os militares continuam a exercer influência sobre o poder civil. Em alguns casos, ou quase sempre, a escolha do governo civil se deu e ainda se dá mediante consentimento das chefias militares (TEIXEIRA, 2008, p.10).

Na Guiné-Bissau, como na maioria dos países do mundo, as forças armadas possuem na sua organização uma estrutura burocrática que normalmente é uma organização horizontal, por especificidades denominadas entre as três categorias: Exército, Força Aérea e Marinha. No nosso entender, o desafio para estabilidade política na Guiné-Bissau, implica ainda, também, construção de instituições fortes e jurídicas que sejam capazes de proteger os direitos humanos e gerar o espaço para um debate político vigoroso e pacífico para garantir a consolidação do Estado-nação.

Com a inauguração da República da Guiné-Bissau, em 24 de setembro de 1973, as Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP) se viram instalados no centro de poder massivamente. Ao contrário do que ficou explícito no artigo 20º da Constituição da República da Guiné-Bissau (1996):

1 - As Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP), instrumento de libertação nacional ao serviço do povo, são a instituição primordial de defesa da Nação. Incumbe-lhes defender a independência, a soberania e a integridade territorial e colaborar estreitamente com os serviços nacionais e específicos na garantia e manutenção da segurança interna e da ordem pública.

2 - É dever cívico e de honra dos membros das FARP participar ativamente nas tarefas da reconstrução nacional.

3 - As FARP obedecem aos órgãos de soberania competentes, nos termos da Constituição e da lei.

4 - As FARP são apartidárias e os seus elementos, no ativo, não podem exercer qualquer atividade política (BISSAU, 1996, p7).

A falta de profissionalização, recursos técnicos e humanos compatíveis com o exercício da função fazem com que as forças armadas se afastassem das suas atribuições, maximizando os conflitos na relação entre as chefias das forças armadas e os governos eleitos democraticamente. Muitos acabaram formando alianças políticas com partidos políticos e civis, o que acaba ampliando suas influências nos assuntos de competência do governo, colaborando para manter os *status quo* herdado durante a luta armada de libertação nacional mantida durante a transição de autoritarismo para a democracia. Isso fez com que as FARP passassem a confundir-se com o Estado [e, conseqüentemente, os seus interesses na administração do país] (LOPES, 2008 apud OSSAGÔ, 2010, p.72).

Przeworski (1989 apud TEIXEIRA, 2008, p.9), defende que a transição política para a democracia está completa quando se estabelece controle civil sobre os militares. O argumento de Przeworski nos leva afirmar que a transição de Guiné-Bissau para democracia ainda não está completa, visto que, desde as primeiras eleições (1994- 2012, [ultimo golpe de estado]), o país já vivenciou numerosos golpes de estado e outras tentativas falhadas. Ou seja, o país já passou por inúmeros governos de transições povoadas de fulanos e fatores nem sempre claros e que continuam a sobrar ao destino do povo guineenses.

### **3.9 - Transições democráticas em Cabo Verde**

Para todos os efeitos, dos cinco PALOP (Países Africanos da Língua Oficial Portuguesa), Cabo Verde era o que apresentava melhores resultados em termos de governo, ainda por cima aquele que, à partida, em 1975, menos condições de sobrevivência política e econômica tinha, bastando-lhe isso para merecer o respeito dos seus parceiros de desenvolvimento<sup>15</sup>. Além de uma aplicação considerada correta dos recursos postos à sua disposição pela comunidade internacional, escapando assim dos programas de ajuste estrutural do Banco Mundial e FMI, a liderança crioula fora capaz de manter-se realmente à margem das disputas que as duas superpotências mundiais vinham mantendo entre si em

---

<sup>15</sup> Aquando da independência, os observadores não davam a cabo Verde mais do que seis meses de vida. O rendimento per capita situava –se nos 200 dólares (um dos mais baixos da altura) e em, 1991, esse valor tinha quadruplicado, de tal forma que Cabo Verde era dos países africanos que apresentava melhores indicadores nos domínios da saúde e educação etc. (Lopes,J,2012,p.114).

África, e, fora um ou outro incidente, os relatórios de entidades internacionais sobre os direitos humanos eram, em geral, positivos para as autoridades cabo-verdianas da altura (LOPES, J., 2012, p.114).

Segundo autor, o debate público que antecede o III Congresso do PAICV, feito em novembro de 1988, acabou por ser um claro exemplo de desgaste social e político por que vinha atravessando o regime instituído em Cabo Verde (LOPES, J., 2012, p.111). Em termos políticos, não podendo continuar a ignorar as reivindicações da sociedade civil, que iam no sentido de maior participação política na condução do país, o regime cabo-verdiano procurava, de forma cautelosa, a sua evolução na continuidade num ritmo a que não estavam alheios os bloqueios ideológicos em que se encontrava enredado<sup>16</sup>. Em 1989, o Conselho Nacional do P.A.I.G.V decide indicar as primeiras eleições autárquicas para 1991, admitindo, pela primeira vez, a participação autônoma de grupos de cidadãos, naquele partido, num primeiro sinal de abertura política.<sup>17</sup> Depois de São Tomé e Príncipe, e numa altura em que o Leste europeu desmoronava de forma acelerada, o anúncio da passagem ao multipartidarismo apenas acontece a 19 de fevereiro de 1990, num figurino ainda estabelecido pelo P.A.I.G.V, que voltava a admitir a participação de grupos de cidadãos nos próximos atos eleitorais. Todavia, a rápida organização dos setores descontentes da sociedade acaba por dar outro rumo à estratégia daquele partido e, no curto espaço de nove meses, o Movimento para a Democracia (MpD) surge e se transforma no partido da nova grande mudança política no Cabo Verde pós-independência (LOPES, J., 2012, p.112-113).

Para finalizar esse subtítulo vale à pena destacar que, diferente de Cabo Verde, a transição para democracia na Guiné-Bissau foi motivada de acordo com Cardoso (1995), por fatores econômicos, isso faz comprovar a tese de Linz e Stepan, que sustentam que uma economia em estagnação pode levar à falência um regime político. Mas, também para esses autores, o contrário pode ocorrer, ou seja, uma economia de prosperidade pode levar à mudança de um sistema político. É importante, contudo, segundo estes autores, que fique claro que “...não são as mudanças na economia, mas sim as mudanças na política, que desencadearam a erosão do regime, ou seja, os efeitos de uma economia fraca, muitas vezes

---

<sup>16</sup> Um dos setores que se ressentia desse bloqueio é, sem dúvida, o do turismo, hoje estratégico para o desenvolvimento de Cabo Verde.

<sup>17</sup> A primeira reunião do Conselho Nacional do PAICV a debruçar-se sobre o poder local tem lugar em 1987. No entanto, Lei de bases das autarquias locais e a Lei municipal apenas são aprovadas em 1989. Cf. Tito Ramos, “Com eleições municipais vamos criar espaços privilegiados de participação popular”, entrevista a JOSÉ Vicente Lopes, **Voz di Povo**, cidade da Praia, 27-05-1989).

têm de ser mediados por mudanças políticas” (LINZ e STEPAN, 1999 apud ROSELMA, 2001, p.27).

### **3.10- Primeiras eleições multipartidárias na Guiné-Bissau e Cabo Verde**

Na Guiné- Bissau, segundo Teixeira (2008, p.8-9), apesar da abertura política no país em 1991, com o surgimento de novos partidos políticos, o governo do P.A.I.G.C, por uma questão estratégica, adia as eleições gerais até 1994. O P.A.I.G.C obteve a maioria dos assentos na Assembleia Nacional (62%) e Nino foi eleito presidente, com 64% dos votos. Depois de 18 anos no poder, dez em monopartidarismo e oito com abertura política e, conseqüentemente, realização das primeiras eleições gerais, o governo de P.A.I.G.C, dirigido pelo então presidente Nino Vieira, não deixou boas lembranças aos guineenses. Do período da abertura política, em 1990, até a realização das primeiras eleições gerais, em 1994, o governo do P.A.I.G.C, tanto a nível interno quanto externo, foi fortemente contestado pela corrupção e uso arbitrário do poder político com sucessivas crises econômicas.

De acordo com Ihovbere (1994 apud TEIXEIRA, 2008, p.15), a democracia teria pouca chance de sucesso caso os representantes do regime autoritário continuassem no poder. Nessas condições, segundo Ihovbere, haveria grande chance de o processo democrático ser apenas uma forma de manutenção dos representantes do regime autoritário. A intolerância política entre os principais atores políticos sabotam qualquer tentativa de transição e democratização e serviria apenas para manter o mesmo princípio antidemocrático, herdado do anterior regime, razão pela qual a democracia terá pouca chance de sucesso.

No caso cabo-verdiano,

O processo de transição de regime pelo menos possibilitou profundas transformações no campo formal-constitucional. Cabo Verde, que poderia ter adotado um regime democrático logo após sua independência política, adotou, na verdade, um regime autoritário de caráter monopartidário que durou quinze anos controlando os poderes Legislativo e Executivo, e impedindo, pela repressão, qualquer tentativa de organização política. Durante o regime monopartidário, o governo adotou uma política socioeconômica baseada no centralismo estatal e que foi a falência do modelo de economia planificada, obrigando o regime a iniciar um processo de liberalização e, dois anos depois, o processo de abertura política. Por ser um país muito dependente do exterior, as mudanças no Leste Europeu e a onda de violência na África, que precedeu a queda dos regimes monopartidários, foram decisivos para o início da transição democrática em Cabo Verde (ROSELMA, 2012, p.103).

Na apreciação de autora (2012, p.103), a transição em Cabo Verde é uma mistura de *transição por transformação* e *transição por substituição*, visto que ela foi iniciada pelos líderes do regime autoritário do partido único, mas que, com o surgimento de uma oposição, acabou por seguir uma dinâmica peculiar. A oposição teve um papel importante na definição das regras do processo de mudança política. A transição cabo-verdiana é, então, segundo autora, resultado de uma iniciativa conjunta dos líderes do regime anterior (autoritário) e da oposição política que se formou posteriormente. Pelo menos formalmente, o primeiro governo eleito democraticamente em Cabo Verde fez grandes mudanças, garantindo direitos antes desconhecidos pelos cabo-verdianos. Também aboliu algumas instituições do regime anterior, como é o caso da polícia política.

Para João Octávio da Rocha Nascimento (2004) no processo da democratização, a transição política em Cabo Verde foi interpretada por Patrick Chabal “como uma indicação de êxito da democracia em África”. O Movimento para Democracia (MpD), que surgiu três meses antes como primeiro partido de oposição legalizado no país, era a única formação política a fazer face ao P.A.I.G.V. Ele Alcançou uma vitória esmagadora dos 61,6% dos sufrágios. O P.A.I.C.V obteve apenas 32,3%. A expressiva participação das populações nessas eleições demonstrou claramente a opção do país no sentido da mudança do regime do partido único. A revisão parcial da Constituição, que reconheceu os partidos como principais instrumentos de formação da vontade política para o governo, conduziu para que a democracia pluralista continuasse a conviver com regras e princípios típicos do regime do partido único. O MpD dispunha de uma maioria qualificada que lhe permitiu elaborar uma nova Constituição da República e implementar as reformas de molde a levar avante o processo da mudança que afetou profundamente os sectores chave, tanto à escala nacional como local. Abriu-se um novo ciclo, cujos desenvolvimentos continuam durante vários anos (DA ROCHA NASCIMENTO, 2004, p.9).

De acordo com António Leão Correia e Silva (apud LOPES 2012, p.115), os dirigentes do P.A.I.G.V foram vítimas do “paradoxo de Tocqueville”, na medida em que os bons resultados globais obtidos durante o seu governo foram insuficientes para conter os desejos profundos de mudança surgidos na sociedade cabo-verdiana pós-colonial, de que o P.A.I.G.V tardiamente se dá conta.

Dando sequência às eleições legislativas, em que a oposição saiu vencedora em Janeiro de 1991, no mês seguinte as primeiras eleições presidenciais por sufrágio universal opunham Aristides Pereira – o primeiro presidente da República de Cabo Verde, no poder com o P.A.I.C.V havia quinze anos – a António Mascarenhas Monteiro, um candidato

independente, apoiado pelo MpD (DA ROCHA NASCIMENTO, 2004, p.9). O candidato apoiado pelo antigo partido único saiu derrotado. Foram realizadas eleições autárquicas em Dezembro do ano em curso. O MpD e grupos de cidadãos apoiados pelo partido no poder ganharam a esmagadora maioria das Câmaras. Encerra-se, assim, o ciclo de transferência do poder entre o P.A.I.C.V e o MpD (idem, p.9).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A hipótese inicial deste trabalho buscou trazer à tona fatos e elementos que corroborem a compreensão das razões que puderam levar Cabo Verde a ter estabilidade Política e ser exceção dentre as demais democracias na África, especialmente quando se compara à Guiné-Bissau. A partir de análise documental, foi possível verificar que, durante o período colonial, Portugal se comportou de diferentes maneiras em relação a níveis de autonomia das colônias e no apoio à formação de elites nativas, visando a maximização da exploração de mão de obra em matérias primas. Ao analisar o papel das elites e quadros administrativos no período colonial, ficou claro que, na Guiné-Bissau, o ensino era quase inexistente. Preocupado em obter o máximo de benefícios, a política repressiva colonial não deixou que se formasse uma elite política autóctone. Cabo Verde foi das primeiras colônias africanas a ter uma rede de ensino básico e um estabelecimento de ensino secundário. Com a introdução de um sistema de ensino que ia até o nível secundário, permitindo a imergência de uma elite administrativa nativa cabo-verdiana. Vale também mencionar que Cabo Verde era utilizado pelos portugueses como placa giratória onde se formavam os quadros administrativos para as outras colônias.

Quanto à formação do Estado-Nação na Guiné-Bissau e Cabo Verde, apesar de seguir uma linha de orientação sob comando do P.A.I.G.C e o ensinamento ou as ideias políticas de Amílcar Cabral, existia grandes diferenciações sociocultural entre os dois países. Em Guiné-Bissau, depois da independência, os problemas com a formação do Estado foram marcantes; percebe-se, por um lado, que a luta pela independência criou certa solidariedade entre diferentes grupos étnicos, por outro, significou também, ao mesmo tempo, um importante esforço no sentido de criar na maioria dos povos desses territórios uma ideia de unidade nacional. Um país com multiétnicos e formados nos valores de cultura islâmica e animista, como dizia Amílcar Cabral “antes da luta havia fulas, manjacos, mandingas, balantas e papéis e outros povos, mas que, com a luta, passou a haver uma nação guineense”. A história de Cabo Verde não permitiu a criação de laços étnicos, muito embora tenha sido povoado pelos escravos provenientes de diferentes grupos étnicos, um país com ausência de clivagens étnicas alicerçado nos valores da civilização cristã, com uma população culturalmente homogênia, uma língua crioula falada por todos os cabo-verdianos sem exceção. Sendo a língua um meio de comunicação e coesão social, político, econômico e cultural, permite a afirmação de que a identidade nacional nunca sentiu a necessidade de fomentar nos seus cidadãos a ideia da unidade nacional.

No que diz respeito ao início e fim do projeto bi-nacional entre Guiné-Bissau e Cabo Verde, concordando com a maioria dos estudiosos desse tema, no sentido de que é importante frisar que o golpe liderado por João Bernardo (Nino), em 1980, só veio reforçar muitas controvérsias no seio de guineenses e os cabo-verdianos. É importante destacar que, depois do surgimento do Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde (P.A.I.G.C), surgiu em Cabo Verde um movimento, chamado UPICV (União dos Povos Independentes de Cabo Verde), formado por cabo-verdianos e que defendia a independência, mas era contra a ideia de unidade entre os dois países. Ao assistir seu país administrado pelos portugueses e cabo-verdianos, muitos guineenses viam os cabo-verdianos como agentes do mesmo saco. Também vale ressaltar que Portugal sempre tratou Cabo Verde de forma privilegiada em relação às outras colônias. Não é por acaso que vários autores demonstraram que muitos portugueses argumentaram que o arquipélago de Cabo Verde tanto podia ser considerado africano como europeu. Pelo amplo número da elite cabo-verdiana no aparelho administrativo na Guiné, muitos guineenses alegaram que tal projeto se constituiria em um “neocolonialismo cabo-verdiano”, no qual a Guiné-Bissau seria subjugada pelo outro Estado. Tanto esses fatores quanto outros culminaram com o chamado "Movimento Reajustador" que derrubou Luis Cabral, em 14 de novembro de 1980, na Guiné-Bissau, e também pôs fim ao o sonho de Amílcar Cabral sobre a unidade de Guiné e Cabo Verde. A separação também de dois países acabou sendo finalizado com a fragmentação entre suas respectivas elites e quadros administrativos no qual a maioria era de cabo-verdianos. A escassez de pessoas capacitadas para fazer funcionar a máquina pública, tudo isso era um problema notável no aparelho administrativo guineense.

No que se refere às transições para democracia nos dois países, vimos que, a transição política na Guiné-Bissau foi motivada por problemas econômicos sem criar as condições necessárias para tal. A continuidade do regime anterior, a violações de direitos humanos com princípios da democracia, a turbulência política e militar que acabou resultando nos sucessivos golpes de Estado e várias outras tentativas fracassadas, tanto no regime de autoritarismo, quanto após a abertura política democrática, ainda representa um grande desafio no nosso entender; ao analisar as riquezas naturais de Guiné-Bissau nos leva-nos a crer que a estabilidade política no país dependerá da vontade dos políticos, da classe castrenses, da sociedade civil e do fortalecimento de institutos políticas ao invés das intervenções de outros países.

No caso cabo-verdiano, a forma pacífica como se processou, em 1999-91, a mudança de regime em Cabo Verde é um claro exemplo que confirma a análise daqueles que defendem



que as grandes alterações políticas são mais fáceis de ocorrer nos países culturalmente homogêneas (DAHL, 1981 apud LOPES, J. 2012, p.119). Ao contrário de Guiné Bissau e outros países, do ponto de vista político, o multipartidarismo não trouxe consigo efeitos centrífugos susceptíveis de pôr em causa o Estado-nação cabo-verdiano. Pelo contrário, ele é hoje largamente visto como um novo patamar em termos democráticos embora a sua fragilidade e também a manifesta debilidade da sociedade civil, que não conseguiu ainda livrar-se das amarras do Estado. A nova Constituição aprovada em 1992 introduziu importantes melhorias e garantias dos cidadãos cabo-verdianos.

Sem pretensão de esgotar os inúmeros fatores, vale lembrar o fato de a luta pela independência nacional, conduzida pelo P.A.I.G.C , ter tido a Guiné-Bissau como principal palco de ação armada, em geral, a maioria de países africanos que serviram de palco à luta armada e que optaram por uma independência total estão a viver momentos de turbulências democráticas (com golpes de Estado, inconstitucionalidades, violação constantes de direitos humanos, permanência no poder, intervenções de militares na política etc...). Cabo-Verde constituiu uma exceção porque, nunca houve conflito armado neste país, por isso, é raro falar propriamente de antigos combatentes cabo-verdianos. Em suma, apesar das suas raízes históricas, de lutas políticas comuns, entrelaçadas pela colonização portuguesa, os dois países são constituídos por valores culturais diferentes e também configuravam de diferentes formas no cenário político e social, sob comando de Portugal.

## REFERÊNCIAS

- ANJOS, José Carlos dos. *Cabo Verde e a importação do ideologema brasileiro da mestiçagem*. **Horizontes antropológicos**. Porto Alegre, ano 6, n. 14, p. 177-204, nov. 2000.
- BADIE, Bertrand e HERMET, Guy. **Política comparada**. México: Fondo de Cultura Económica, 1993
- BAQUERO, Marcello. A cultura política na agenda da democratização na América Latina. In: \_\_\_\_.(Org.). **cultura política e Democracia no Século XXI na América Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.
- BARNABÉ, Israel Roberto. **Elite, classe social e poder local**. Estudos de Sociologia, v. 4, n. 7, 2007.
- BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de Política**. trad. Carmen C, Varriale et al, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 3ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1989.
- CAMPOS, Américo: História da Guiné-Bissau em Datas, 2012: Artigo disponível <http://pt.slideshare.net/NovasdaGuineBissau/histria-da-guin-bissau-em-datas-13166952>.
- CANDÉ MONTEIRO, Artemisa O. Candédila. **Guiné-Bissau: Da luta armada à construção do estado nacional conexões entre o discurso de unidade nacional e diversidade étnica (1959-1994)**. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2013.
- CARDOSO, Carlos. **A transição democrática na Guiné-Bissau: um parto difícil**. Lusotopie, 1995.
- CASSAMA, Daniel Júlio Lopes Soares. **Amílcar Cabral e a independência da Guiné Bissau e Cabo Verde**. 2014.
- CORDEIRO, Roberto Sousa: **GUINÉ BISSAU 1973-2005: uma análise sobre a relação civil-militar no processo de transição política**: Artigo disponível: <http://www.didinho.org/Arquivo/GUINEBISSAUUMAANALISESOBREARELACAOCIVILMILITAR.pdf>.
- DA GRAÇA, Camilo Querido Leitão. **Estado Democrático: O Caso Cabo Verde**. academia.edu, 2007.
- DJAU. Malam: **Processo de independência e formação do estado-nação guineense**, 2011. Artigo disponível: <http://www.webartigos.com/artigos/processo-de-independencia-e-formacao-do-estado-nacao-guineense/56516/2011>.
- EDGAR, ANDREW, AND PETER SEDGWICK. **"Teoria cultural de A a Z: conceitos-chave para entender o mundo contemporâneo"**. São Paulo: Contexto (2003).
- ÉVORA, Roselma. **"A abertura política e o processo de transição democrática em Cabo Verde"**. (2001).

FERNANDES, Antero da Conceição Monteiro. **Guiné-Bissau e Cabo Verde: da unidade à separação.** 2007.

FURTADO, Cláudio Alves. **Génesis e (re) produção da classe dirigente em Cabo Verde.** Instituto Cabo verdiano do Livro e do Disco, 1997.

GOMES, Patrícia Godinho. Os Fundamentos de uma Nova Sociedade– O PAIGC e a Luta Armada na Guiné-Bissau (1963–1973). 2010.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais.** Organização e apresentação de Liv Sovik. Tradução de Adelaine La Guardiaet alii. Belo Horizonte: UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HUNTINGTON, Samuel. 1994. A terceira onda: a democratização no final do século XX. São Paulo: Ática

LINZ, J. Linz; STEPAN, Alfred. **A transição e a consolidação da democracia: a experiência dosul da Europa e da América do Sul.**São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.

LOPES, Carlos. **A transição histórica na Guiné-Bissau: do movimento de libertação nacional ao Estado.** Vol. 2. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 1987.

LOPES, José Vicente. **Cabo Verde: as causas da independência.** (O Estado e a transição para a democracia na África Lusófona). 2002.

MALIKH, VLADISLAV e ZOTOV, NIKOLAI, **A África de Expressão Portuguesa: Experiência de luta e de desenvolvimento,** 3ª edição, 1990.

MAZULA, Brazão (2000), **A Construção da Democracia em África: O Caso moçambicano.** Ndjira, Maputo.

MENDES, DomingoS Veiga. **Perspectivas e alternativas para a economia de Cabo Verde.** 2010.

MENDES, Livonildo Francisco. **"Democracia na Guiné-Bissau: por uma mudança de mentalidades."** (2010).

MERTTINS, Mira Sintra Men: **Do PAIGC ao PAICV.** Portugal, Abril de 1981.

MOURAO, Daniel Ellery. **"Guiné-Bissau e Cabo Verde. Identidades e nacionalidades em construção."** Pro -Posições, Campinas 20.1 (2009).

NASCIMENTO, JoR. **Nação e Estado na Constituição da República de Cabo-Verdiana.** In: VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, A Questão Social no Novo Milénio. 2004.

NASCIMENTO, José Octávio da R. **Nação e estado na constituição da República de Cabo Verde.** In: A questão social no novo milénio. 2004.

NÓBREGA, Álvaro — **A Africanização da Democracia.** Lisboa, Prefácio, 2009.

NORONHA, Andrius Estevam. **Análise teórica sobre a categoria “elite política”** e seu engajamento nas instituições da comunidade regional. *Barbarói*, p. 24-45, 2009.

O'DONNELL, G. 1991. **Democracia delegativa? Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 31, p. 25-40, out.

PEREIRA, Aristides. **O meu testemunho: uma luta, um partido, dois países**. Notícias, 2003.

RIZZI, Kamilla Raquel. **O grande Brasil e os pequenos PALOP: a política externa brasileira para Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe (1974/2010)**. 2014.

SANTOS, Andréa Cristiana. **A transição do regime militar para a democracia: o Partido Comunista do Brasil (PC do B) entre enlances e jogos da política**.

SARTORI, Geovanni. **A Política**. Brasília; Editora Universidade Brasília 1981. Cap 9. Método Comparativo e Política Comparada.

SCHUMPETER, Joseph (1954) **Capitalism, Socialism and Democracy**. Ruskin House.London.

SEMEDO, Rui Jorge. **O Estado da Guiné-Bissau e os desafios político-institucionais**. *World Tensions/Tensões Mundiais*, v. 7, n. 13, 2011.

SILVA, Baducaran D.DOMINGOS A.UGUSTO. **Urbanização na Guiné-Bissau: Morfologia e Estrutura Urbana da sua Capital**. 2010.

SOUSA JR, Fernando de. **O nacionalismo africano no caminho para a democracia: a transição do poder colonial para o partido único nos Palop**. 2013.

SOUSA JR, Fernando de. **O nacionalismo africano no caminho para a democracia: a transição do poder colonial para o partido único nos Palop**. 2013.

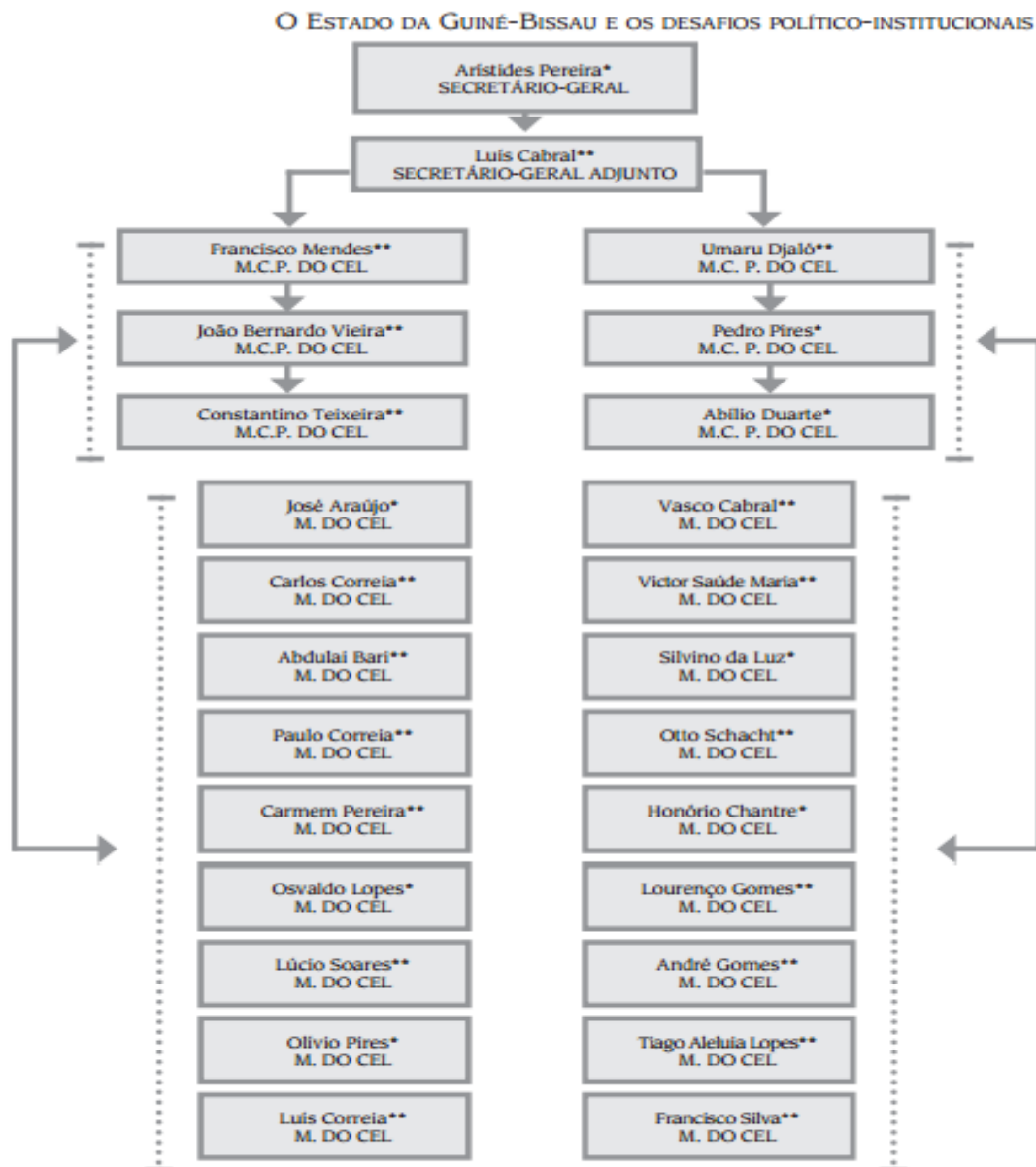
TEIXEIRA, Ricardo. **"A construção democrática na Guiné-Bissau: Limites e possibilidades"**. Comunicação submetida ao Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África-CODESRIA. Pluralismo político e democracia eleitoral na Guiné-Bissau (2008).

WONDJI, Christophe. **"História Geral da África, VIII: África desde 1935"**. (2010).

WOOLLACOTT, John. **A luta pela libertação nacional na Guiné-Bissau e a revolução em Portugal**. *Análise Social*, p. 1131-1155, 1983.

ZIMMERMANN, Viviane da S. **AVANTE GUINE! O PAIGC E A LUTA ANTICOLONIAL**: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300866399\\_ARQUIV\\_O\\_TextoANPUH2011.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300866399_ARQUIV_O_TextoANPUH2011.pdf)

## ANEXO I – HISTOGRAMA HIERÁRQUICO PAIGC PÓS-INDEPENDÊNCIA



**Fluxograma 1 - Direção Superior do PAIGC Eleita no III Congresso<sup>9</sup>**

<sup>9</sup> Dos vinte e seis membros apenas oito integram a Comissão Permanente Executiva de Luta (CEL) e os restantes dezoito eram apenas membros não permanentes. \* caboverdianos; \*\* guineenses.

**ANEXO II – ATO COLONIAL****ACTO COLONIAL****TITULO I****DAS GARANTIAS GERAIS****ARTIGO 1.º**

A Constituição Política da República, em todas as disposições que por sua natureza se não refiram exclusivamente à metrópole, é aplicável às colónias com os preceitos dos artigos seguintes.

**ARTIGO 2.º**

É da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que neles se compreendam, exercendo também a influência moral que lhe é adstrita pelo Padroado do Oriente.

**ARTIGO 3.º**

Os domínios ultramarinos de Portugal denominam-se colónias e constituem o Império Colonial Português.

Primeiros artigos do Acto Colonial, elucidativos da política colonial definida pelo regime salazarista, 11 de Abril de 1933

**ANEXO III – MENSAGENS TROCADAS ENTRE O SECRETÁRIO-GERAL DO  
PAIGC E O COMANDANTE DE BRIGADA JOÃO BERNARDO VIEIRA**

**Mensagens trocadas  
entre o Secretário-Geral do PAIGC  
e o Comandante de Brigada João Bernardo Vieira.**

Ao Camarada Aristides Pereira  
Secretário-Geral do PAIGC  
e Presidente da República de Cabo Verde

Camarada Secretário-Geral

Perante a grave situação que se criou durante os últimos tempos cujo desfecho era imprevisível capaz de provocar consequências irreparáveis pondo em causa a nossa revolução os objectivos e a linha do Pensamento do nosso Saudoso Amílcar Cabral, fomos obrigados, respondendo aos anseios do povo, no dia 14 do corrente mês de Novembro a tomar as medidas que a situação impunha.

A integridade física do ex-Presidente do Conselho de Estado Luís Cabral e de sua família encontra-se garantida pelo Conselho da Revolução. A situação encontra-se normal em toda a extensão do território nacional.

Não houve efusão de sangue nem quaisquer actos de vingança. Todos os cidadãos cabo-verdeanos que se encontram na República de Guiné-Bissau não foram vítimas de quaisquer actos.

Permanecemos fiéis aos princípios e linha objectivos traçados pelo saudoso Camarada Amílcar Cabral e expressamos a nossa firme determinação de continuar a desenvolver os laços históricos que unem os nossos dois povos.

Saudações Revolucionárias  
Pelo Conselho de Revolução

**JOÃO BERNARDO VIEIRA (NINO)**

Camarada João Bernardo Vieira (Nino)  
 Comandante de Brigada  
 Membro da Comissão Permanente  
 e Presidente do Conselho Nacional da Guiné-Bissau do PAIGC  
 BISSAU

Acabo receber a tua mensagem ansiosamente aguardada *stop* Pelo teor da mesma constato pelas tuas palavras que apesar do acto gravíssimo cometido contra princípios e fundamentos nosso Partido não há abandono total princípios linha objectivos traçados pelo Saudoso Camarada Amílcar Cabral *stop* Quero deixar bem claro que golpe de estado nunca foi método PAIGC para resolução nossos problemas internos possuindo Partindo órgãos eficazes para esse efeito *stop* Sejam quais forem problemas políticos económicos ou sociais que prevaleçam actualmente na Guiné, são da responsabilidade todos dirigentes nacionais, nada justifica acto político de rebeldia às instituições causando mortos feridos e desaparecidos nomeadamente membros do Conselho Superior da Luta do Comité Executivo da Luta da Comissão Permanente e substituição das instâncias do Partido por um Conselho de Revolução estranho ao nosso Partido política e ideologicamente indefinido *stop* Frente a um acto que provocou desvios tão graves da nossa linha e que revelou uma evidente falta de confiança da tua parte na minha pessoa apesar dos laços profundos que nos uniram durante tantos anos é minha opinião que isso exige uma explicação leal e responsável da tua parte *stop* A tua mensagem e conteúdo dos comunicados do Conselho da Revolução levantaram no meu espírito algumas interrogações: como conciliar a tua posição expressas de fidelidade a Cabral com as declarações desse Conselho de Revolução? Em que é que o PAIGC tem entravado a afirmação da identidade nacional do povo da Guiné? Em que é que o PAIGC tem impedido que o povo da Guiné seja senhor dos seus destinos? Que pensar Nino da fidelidade devida aos nossos mártires como Domingos Ramos, Guerra Mendes, Chico, Pansau, Victorino, Rui, Corka, Saco Vaz, Titina, Justino Lopes, Jaime Mota e tantos outros camaradas



que morreram pelos ideais comuns do PAIGC? Devemos esquecê-los debaixo dos sete palmos de terra que cobrem os seus corpos? Quero reafirmar-te que igualmente sinto-me responsável pela segurança física e moral de todos os nossos companheiros de luta guineenses ou caboverdeanos e especialmente daqueles que são membros da direcção do nosso Partido a quem os nossos povos muito devem pelo seu sacrifício e dedicação *stop* Embora na situação criada seja válida a garantia dada pela integridade física do camarada Luís Cabral ela é insuficiente *stop* Torna-se necessário garantir ainda a sua liberdade e todos os direitos inerentes à sua condição de combatente da Pátria *stop* Confio que tu Nino em quem depositei tanta confiança e esperança saberás repôr as coisas no seu devido lugar para que o diálogo entre nós possa continuar *stop* A história não perdoará qualquer outra saída *stop*

Saudações Fraternalis

ARISTIDES PEREIRA  
Secretário-Geral do PAIGC

Praia, 17/11/80

Camarada Aristides Pereira  
Secretário-Geral PAIGC  
Presidente República Cabo-Verde — Praia

Camarada Secretário-Geral:

Recebemos a vossa mensagem de 16 do corrente relativo aos acontecimentos de 14 de Novembro cujo conteúdo nos estranhou profundamente *stop* Informamos que a situação que se criou ultimamente no país atingiu proporções insustentáveis que nos levaram a agir daquela forma *stop* É do pleno conhecimento do Camarada Secretário-Geral do Partido as atitudes do camarada Luís Cabral na solução dos problemas do Estado e da Nação *stop* A atitude passiva do Camarada Secretário-Geral do Partido perante comportamento e posições anti-democráticos do camarada Luís Cabral contribuiu largamente para deterioração da situação no país *stop* As discussões acerca do Ante-projecto da nossa Constituição política revelaram todas as anomalias que essa mesma Constituição comportava *stop* Os militantes e cidadãos, alguns dirigentes e responsáveis manifestaram publicamente o seu descontentamento, desacordo quanto a certos artigos da Constituição *stop* Durante a reunião extraordinária da segunda Legislatura da ANP para aprovação da futura Constituição de maneira mais inaceitável e anti-democrática o camarada Luís Cabral, confiante do poder que detinha, influenciou certos quadros que impediram os deputados de tomar parte activa nas discussões da Constituição *stop* Todos os factos acima mencionados são bem conhecidos do Camarada Secretário-Geral e das instâncias superiores do Partido *stop* As últimas reuniões da Comissão Permanente do CEL e do próprio CEL não abordaram com seriedade a situação real que prevalecia na Guiné-Bissau *stop* O Camarada Secretário-Geral do Partido, primeira figura da nossa orientação política, não teve coragem política suficiente nem agiu de acordo com a responsabilidade que detém e que o momento exigia para pôr à discussão a situação que

se deteriorava cada vez mais na Guiné-Bissau *stop* Reafirmamos ao Camarada Secretário-Geral que os acontecimentos do 14 de Novembro nada têm contra linhas e pensamentos do Saudoso Amílcar Cabral e os fundamentos do Partido *stop* Prosseguiremos de maneira irreversível a nossa marcha inicial no 14 de Novembro dentro do mesmo espírito partidário *stop* Estamos prontos e abertos para discussões com o Camarada Secretário-Geral sobre os acontecimentos do 14 de Novembro e a continuação da obra que nos legou Amílcar Cabral *stop* Qualquer tentativa de influenciar a nossa marcha será categoricamente rejeitada e o Camarada Secretário-Geral poderá daí tirar as conclusões que entender *stop* Os elementos que participaram no processo do dia 14 de Novembro e que constituem o Conselho de Revolução não são pessoas estranhas ao Partido *stop* São verdadeiros militantes, responsáveis e dirigentes do Partido conscientes dos seus deveres cívicos e políticos *stop* Assim não houve nenhum desvio às linhas do Partido *stop* O pensamento dos heróis nacionais como Domingos Ramos, Pansau na Isna, Titina Silá e tantos outros que tombaram pelos ideais do PAIGC ficará sempre presente nos nossos espíritos e corações *stop*

Saudações Fraternais  
JOÃO BERNARDO VIEIRA (Nino)  
Presidente do Conselho de Revolução

Bissau, 17 de Novembro de 1980

Comarada João Vieira (Nino)  
Comandante de Brigada  
Presidente do CNG-Bissau

Recebi a tua segunda mensagem parecendo-me que reina grande confusão no teu espírito a respeito das responsabilidades que cabem às diversas instâncias e aos dirigentes do PAIGC *stop* Devo lembrar-te que desde a independência dos nossos dois países e com a preocupação de reafirmar a entidade nacional de cada um dos nossos povos e ainda de demonstrar o respeito pela soberania dos nossos países o PAIGC criou dois Conselhos Nacionais um na Guiné e outro em Cabo Verde com amplos poderes estatutários para tomar decisões sobre todas as questões políticas e partidárias de cada um dos países. Assim sendo o Secretário-Geral também Presidente de Cabo Verde, evitava-se a anomalia do Presidente de Cabo Verde estar a dar ordens ao Estado da Guiné, que tinha de funcionar de facto como um Estado verdadeiramente soberano e independente *stop* Ao Secretário-Geral só ficaram poderes muito gerais e de arbitragem que nem de longe se aproximam do Executivo *stop* Ora, já há anos és tu o Presidente do CNG e assim o chefe do órgão máximo do executivo nacional do Partido na Guiné, portanto com um instrumento nas mãos que devia ser o dinamizador e lugar de debate de todos os problemas nacionais, onde deviam aparecer todas as observações e críticas à acção do Partido e do Governo na Guiné e em particular do Comarada Luís Cabral como chefe do Estado *stop* O que de facto aconteceu é que em vez de te servires deste órgão e do seu Comité Permanente para lutar contra o que qualificas de comportamento e posições anti-democráticas do camarada Luís Cabral bloqueaste pura e simplesmente o funcionamento destas instâncias que o Partido pôs sob a tua responsabilidade *stop* O Comité Permanente praticamente nunca funcionou e o CNG só se reuniu quando não havia outra solução para resolver problemas pontuais *stop* A verdade é que estes dois órgãos do Partido morreram nas tuas mãos por não serem utilizados, trazendo consequências paralizantes e

extremamente nocivas ao Partido, como agora vês. Mesmo que fosse do meu conhecimento a situação que referes na tua mensagem quem devia levantar os problemas da Guiné nas instâncias supra-nacionais do Partido era o Presidente do CNG, que era o mais alto responsável do ramo nacional do Partido nesse país, vivendo nele o dia a dia, sobre o terreno. Pergunto agora: algum dia puseste à discussão algum problema relativo ao comportamento e posições do camarada Luís Cabral nas instâncias supra-nacionais do Partido? Algum dia me abordaste de maneira responsável, mesmo a nível pessoal, para pôr algum problema do género? Deixo à tua consciência a resposta a estas questões. Mas mais, deves reparar que falas da acção do Luís Cabral na solução dos problemas do Estado e da nação e não do Partido. Ficam mais questões: ao Secretário-Geral é que cabia combater decisões e atitudes do chefe de um Estado soberano, mesmo de um país irmão? Não seria isso um atentado à entidade nacional do povo desse mesmo Estado? Não estaria assim impedindo que esse povo se afirmasse como senhor do seu destino? E mais, não estaria passando por cima de todas as instâncias nacionais guineenses e faltando ao respeito pelos mais altos responsáveis da Guiné que tinham todos os atributos através das instituições estatais e do Partido para agir contra quem quer que fosse que se estivesse a desviar da linha do PAIGC? Não têm pois razão de ser as ostensivas acusações que fazes à minha pessoa: os responsáveis pela situação da Guiné só podem ser os próprios guineenses que ali tinham funções de direcção e ao mais alto nível *stop* Como sempre estou pronto a te ouvir na base dos laços que há longos anos nos uniram mas deves assumir as tuas responsabilidades na íntegra *stop*

Saudações Fraternalis  
**ARISTIDES PEREIRA**  
Secretário-Geral do PAIGC  
Presidente da República de Cabo Verde

Praia, 19/11/80

Camarada João Bernardo Vieira (Nino)  
Comandante de Brigada  
Presidente do CNG-Bissau

Acabo de tomar conhecimento contendo reunião tiveste com mensageiro *stop* Assunto está a ser apreciado cuidadosamente espírito construtivo *stop* Encaro favoravelmente um encontro contigo no Sal em *tête-a-tête* em delegação ou as duas coisas conforme tua conveniência. Desde estejamos acordo principio proporei data. Aguardo resposta

Saudações fraternais  
ARISTIDES PEREIRA  
Secretário-Geral do PAIGC  
Presidente República Cabo Verde

Praia, 22/11/80

Urgente  
Camarada Aristides Pereira  
Secretário-Geral do PAIGC

#### TELEX

No seguimento das conversações telefónicas acerca da possibilidade do nosso encontro e considerando que o CNG e o Conselho dos Comissários de Estado ainda não se pronunciaram sobre a posição de Cabo Verde face aos acontecimentos do 14 de Novembro o Conselho da Revolução decide levar ao conhecimento do camarada Secretário-Geral o seguinte:

- 1 — Que não considera de momento oportuno o envio de uma delegação a Cabo Verde pelas razões acima expostas.
- 2 — Que não obstante esse facto se mantém aberto a receber o camarada Secretário-Geral em qualquer oportunidade que julgue conveniente a sua deslocação a Bissau.

Saudações Revolucionárias  
JOÃO BERNARDO VIEIRA  
Presidente do Conselho da Revolução  
Presidente do CNG do PAIGC

Bissau, 12/12/80

Sua Excelência  
Comandante de Brigada João Bernardo Vieira  
Presidente Conselho Revolução — Bissau  
N.º 168/PR/80

O conteúdo da última mensagem recebida a 12 do corrente veio coroar toda a série de contradições entre as declarações de intenção do Conselho da Revolução e a sua acção prática manifestada através dos seus membros assessores e representantes *stop*

O conteúdo da dita mensagem demonstra a obstrução total e a recusa formal a qualquer espécie de diálogo que pudesse conduzir à clarificação das nossas posições respectivas e a distensão e normalização das relações entre os nossos dois países *stop*

Na impossibilidade de fazer funcionar os competentes órgãos do Partido mantivemos contactos com o Presidente do Conselho da Revolução na sua qualidade de Presidente do Conselho Nacional da Guiné e membro da Comissão Permanente do CEL do PAIGC à ver se algo haveria ainda a salvar ou preservar do Partido *stop*

Mandámos um alto emissário a Bissau e em conjunto com outros países de expressão oficial portuguesa fizemos ir a Bissau uma missão de alto nível sempre no espírito de encontrar uma base de discussão afim de clarificar as posições respectivas *stop*

Parece que todas essas iniciativas foram mal interpretadas chegando-se numa manifesta inversão de papéis ao cúmulo de praticamente convocar o Secretário-Geral a Bissau afim de ser ouvido pelo Conselho da Revolução *stop* ao mesmo tempo constatamos a persistência em pretender endossar as responsabilidades de todos os males da Guiné e Cabo Verde aos caboverdeanos e até ao seu Presidente através de toda a sorte de calúnias injúrias e insultos proferidos em Bissau e no estrangeiro por membros assessores e representantes do Conselho da Revolução *stop*

Dessa maneira a mantermos a mesma atitude de abertura e a boa vontade poderia levar a conclusões erradas não só o próprio

Conselho da Revolução como também a opinião pública interna e internacional *stop*

Sendo assim pensamos que é tempo de cada um assumir de facto as suas responsabilidades frente ao seu povo à África e à História *stop*

Nem os dirigentes de Cabo Verde nem o povo caboverdeano vão tolerar que se pretenda, através de manobras de diversão e de uma sistemática intoxicação demagógica, atribuir-lhes as responsabilidades não só pela situação criada na Guiné mas também pelas consequências do golpe de estado na vida do Partido e no projecto da unidade, que incumbem unicamente aos dirigentes e responsáveis nacionais da Guiné *stop* Somos obrigados a nos demarcarmos claramente de toda a confusão política e ideológica e de qualquer demagogia *stop*

Somos obrigados a nos demarcarmos claramente de toda a confusão política e ideológica e de qualquer demagogia *stop*.

A nossa análise do que representou o golpe de estado para o PAIGC e para a unidade mantém-se intacta *stop*

Aparte esse aspecto partidário não nos ingerimos nos assuntos internos da Guiné-Bissau *stop*

Entretanto reiteramos a disponibilidade do estado de Cabo-Verde para o diálogo construtivo com o novo regime instituído na Guiné que, na base da lealdade e do realismo permita a continuidade de relações de cooperação fraterna na via do progresso entre os povos cabo-verdeano e guineense *stop*

Saudações Fraternalis  
ARISTIDES PEREIRA  
Presidente República Cabo Verde

Praia, 16/12/80